

## PCdoB festeja 80 anos e propõe novo rumo para o Brasil

**E**m todo o país foram realizados atos, sessões solenes e festas para comemorar o aniversário do mais antigo partido político do país: o PCdoB. Os comunistas aproveitaram a festa para divulgar a proposta de um novo rumo para o país, inclusive através dos pro-

gramas que estão sendo transmitidos pelas emissoras de TV e rádio. Na internet, a inauguração do portal [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br) registrou, no dia 25 de março, nova fase da comunicação comunista.

Páginas centrais

### Derrotar e superar o modelo de FHC

RENATO RABELO\*

**O**relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler, concluiu uma visita de 18 dias ao Brasil com o diagnóstico de que nosso país enfrenta "uma guerra social". "São 40 mil assassinatos por ano. Para a ONU, 15 mil mortos por ano são indicador de guerra", disse. Ziegler afirmou que o país não cumpre pactos internacionais e que pode sofrer punições da ONU. A subalimentação, disse, afeta um terço dos brasileiros. "Isso é totalmente intolerável". E disse mais: "No Brasil, onde há terra fértil, riqueza e um clima tropical, a fome é um genocídio, não uma fatalidade. A responsabilidade é da ordem social, não da natureza. A responsabilidade é um produto de uma ordem totalmente injusta. Quem morre de fome no Brasil é assassinado", afirmou.

Dias depois, foi divulgada pesquisa demonstrando que a maioria dos brasileiros (54%) não tem direito a 13<sup>ª</sup> férias remuneradas (55%) ou plano de saúde (81%) e ganha menos que R\$ 360/mês por jornadas de trabalho superiores a 8 horas/dia. O índice de brasileiros desempregados é de 11%, e 16% fazem bicos. Negros e mulheres ganham cerca de 40% menos do que a média. O percentual de assalariados registrados caiu de 22% para 16% nos últimos cinco anos.

Nota-se um trabalho sistemático dirigido a encobrir essa realidade - realidade política, econômica e social grave. O impasse vivido pelo país aprofundou-se e é fruto da política adotada pelo atual governo e defendida pelo candidato oficial à sucessão. Com a cumplicidade dos meios de comunicação que, mesmo quando divulgam esses dados, não tiram deles as consequências, apresentando-os de forma isolada e sem relacioná-los com a política eco-

nômica e social vigente, o governo de Fernando Henrique Cardoso investe contra os fatos e tenta desmoralizar os denunciantes. Um dos porta-vozes do presidente qualificou o comissário da ONU como "desonesto", sem "seriedade para representar" a entidade.

FHC, seu governo e seu candidato à sucessão, José Serra, brigam com a realidade e investem contra os opositores. Valem-se até mesmo da espionagem mais abjeta para aniquilar adversários. Chantagem, intimidação e perseguem a oposição, buscando desmoralizá-la e dividi-la. Tentam apresentar a alternativa opositora como uma aventura inconseqüente, que levaria o país ao caos social e ao descrédito internacional.

A "estabilidade" que garante a desnacionalização do país, o crescimento do desemprego, a queda da renda e os fabulosos lucros do capital financeiro e das multinacionais seria o único caminho possível e "seguro". É esta a estabilidade defendida por Fernando Henrique e José Serra.

Outro é o caminho apontado pelo PCdoB. Apresenta a possibilidade de um novo rumo para o país, com soberania e baseado no desenvolvimento econômico e social, na valorização do mercado interno, com investimentos que garantam a melhoria das condições de vida e trabalho da população. Tal rumo exige o desmascaramento da atual política e a proposição de um novo governo, embasado num novo pacto político e social. A oposição tem diante de si o grande desafio de se unir e conquistar a confiança do povo. Só esta unidade será capaz de barrar a continuidade da nefasta era FHC e garantir a governabilidade para um novo projeto de Brasil, que substitua o atual modelo neoliberal.

\*presidente do PCdoB



No Rio de Janeiro, onde o Partido nasceu, e na Câmara Federal (ao lado): sessões solenes registram os 80 anos de luta dos comunistas no Brasil

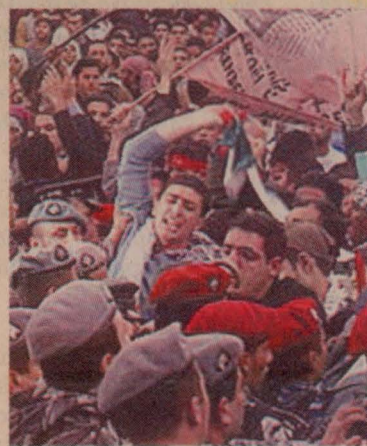
## Impedir a barbárie

JOSÉ REINALDO CARVALHO\*

**O** inimigo número 1 dos povos árabes e em especial do povo palestino, Ariel Sharon, ao ordenar o ataque ao quartel-general da Autoridade Nacional Palestina na última sexta-feira, mostrou ao mundo que a violência é sua única linguagem. Desde setembro de 2000, quando afrontou os palestinos visitando a Esplanada das Mesquitas, fato que detonou a segunda Intifada, Sharon não tinha dado prova mais eloqüente de que Israel, além de não querer a paz, é o principal obstáculo a que se encontre uma solução pacífica e duradoura ao conflito israelense-palestino.

Com fins diversionistas, o governo israelense invoca o direito de se "defender" do "terrorismo" palestino. Mas é impossível esconder que o ataque à liderança da Autoridade Palestina e ao seu dirigente máximo corresponde a uma declaração de guerra, com todos os traços de agressividade e as consequências nefastas que dela possam derivar. Sua motivação não se encontra nas ações desesperadas dos filhos de um povo desarmado confrontado com tanques e mísseis do mais poderoso exército de todo o Oriente Médio. Antes, obedecem ao desígnio traçado pelo Estado sionista, cuja estratégia de sobrevivência depende da subjugação ou do extermínio do povo palestino.

Durante as últimas cinco décadas e particularmente após as guerras de 1967 e 1973, cresceu no mundo, na mesma proporção da escalada da violência israelense, a percepção de que é legítima



Soldados reprimem palestinos

a resistência palestina. Não é uma casualidade que o ataque ao QG de Arafat tenha ocorrido imediatamente após o encerramento da Cúpula da Liga Árabe, que, malgrado suas contradições e a ausência da delegação palestina, ofereceu um plano de paz aceitável por todos os setores da comunidade internacional sinceramente engajados na busca da paz. Os países árabes proclamaram que reconhecem o Estado de Israel com o qual estão dispostos a manter relações de boa convivência, desde que se resolva a Questão Palestina, o que implica a retirada dos israelenses dos territórios ocupados pela força e a criação do Estado Palestino, tendo Jerusalém Oriental como capital. Politicamente isolado, com sua soberba e intransigência de país ocupante à mostra, Israel decidiu levar o conflito a uma situação limite.

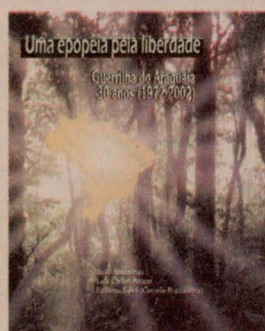
A arrogância de Israel não seria possível sem o firme apoio do imperialismo norte-americano, fonte de financiamento do

seu Estado terrorista e de equipamento do seu exército agressivo. A diplomacia de Washington, longe de trabalhar pela paz, usa o conflito israelense-palestino como trunfo em sua estratégia geral de ocupação de posições no Oriente Médio. Na crise atual, dá o tom do discurso de criminalizar a vítima e absolver o algoz.

A propaganda que pretende identificar a luta palestina com o terrorismo somente acrescenta indignação ao que a razão já tinha decidido - o indeclinável apoio à causa palestina. Arafat não está blefando quando se declara disposto a se tornar mártir dessa causa. Age com a mesma determinação demonstrada pelos combatentes anônimos, filhos de uma gente indômita disposta a tudo para não sucumbir nem se render. O líder da ANP já demonstrou estar disposto ao diálogo e ordenou o cessar-fogo. Mas não está disposto a se vergar.

No Brasil, os que lutam os contra as injustiças sociais, pela verdadeira democracia, por soberania e por uma sociedade melhor, enfim, os que na esquerda militamos, há tempos somos partidários da causa palestina. Nesta hora grave, juntamos as nossas vozes aos que condenam o genocídio perpetrado por Israel e clamam por uma solução para o conflito arbitrada pelas Nações Unidas. Deter os crimes de que são vítima os palestinos é essencial para que o mundo não sucumba à barbárie.

\*jornalista, vice-presidente do PCdoB, responsável pelas Relações Internacionais Fundação Maurício Grabois



### Epopéia do Araguaia

Uma epopéia pela liberdade: *Guerrilha do Araguaia - 30 anos*, com textos de João Amazonas, Luiz Carlos Antero e Eumano Silva. Lançamento da Editora Anita Garibaldi, r. Monsenhor Passalacqua, 158 Bela Vista - CEP 01323-010 São Paulo/SP, Telefax: (11) 3266-4312 [anita.garibaldi@uol.com.br](mailto:anita.garibaldi@uol.com.br), [www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br)



PCdoB

# Mens@gens

## O PCdoB agradece as mensagens recebidas por ocasião de seu 80º aniversário

(...) Em todos estes momentos importantes, dramáticos e intensos da luta do nosso povo por democracia e dignidade, o PCdoB esteve presente. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, o PCdoB tem sido um aliado leal, um instigador permanente do debate necessário para qualificar nossa prática e um protagonista da construção de um futuro do país, necessariamente democrático e socialista.

*Olívio Dutra – Governador do Estado do Rio Grande do Sul*

(...) O PCdoB é o único partido, pela sua história e pela sua autoridade, capaz de costurar a unidade da oposição.

*Alexandre Cardoso – deputado estadual, falando em nome do Governador do Estado do Rio de Janeiro Anthony Garotinho e de Miguel Arraes, presidente nacional do PSB*

(...) O aniversário do Partido Comunista do Brasil é motivo de orgulho para todos os homens e mulheres progressistas. Seus militantes escreveram belas páginas de luta, amor e sangue na história de nosso país. Sua trajetória está marcada pelo compromisso com os trabalhadores, as causas populares e as bandeiras democráticas. Ao saudarmos o PCdoB, estamos prestando uma cálida homenagem a todos que entregaram a vida para fazer da terra brasileira um porto de justiça, liberdade e solidariedade. (...)

*Marta Suplicy – Prefeita de São Paulo-SP*

*Alfredo Pereira do Nascimento - Prefeito de Manaus-AM; Edmilson Brito Rodrigues - Prefeito de Belém-PA; Tarso Genro - Prefeito de Porto Alegre-RS; Cid Ferreira Gomes - Prefeito de Sobral-CE; Eloi Pietá - Prefeito de Guarulhos-SP; Fernando Marroni - Prefeito de Pelotas-MG; Guilherme Menezes de Andrade - Prefeito de Vitória da Conquista-BA; João Avamileno - Prefeito de Santo André-SP; João Domingos Fassarella - Prefeito de Governador Valadares-MG; Jorge Mattoso - Secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo-SP; José Machado - Prefeito de Piracicaba-SP; Joseph Bandeira - Prefeito de Juazeiro-BA; Luiz Fernando Mainardi - Prefeito de Bagé-RS; Luiz Yoshio Suzuki - Prefeito de Medianeira-PR; Márcio Franca - Prefeito de São Vicente-SP; Maria Inês Soares Freire - Prefeita de Ribeirão Pires-SP; Nedson Luiz Micheletti - Prefeito de Londrina-PR; Paulo Santana - Prefeito de Santana; Ricardo Queiroz - Prefeito de Maricá-RJ; Roberto Luiz Bortolotto - Secretário de Infra-Estrutura Urbana; Valdeci Oliveira - Prefeito de Santa Maria-RS; Valdez Vegiato Moya - Prefeita de Lins-SP; Prefeitura de Mundo Novo*

Impossibilitado de participar do ato comemorativo dos 80 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil, por já ter assumido compromisso anterior para o mesmo dia e hora, agradeço gentil convite. Comprimendo-o pela iniciativa que colabora para sedimentação da democracia em nosso país.

*Sérgio Cabral – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*

Apresentando meus cordiais cumprimentos, agradeço o gentil convite para participar do ato comemorativo dos “80 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil”.

*José Roberto Batochio – Deputado Federal pelo PDT/SP*

Caros companheiros, agradeço sensibilizado o convite para participar do ato comemorativo aos 80 anos de fundação do glorioso e combativo Partido Comunista do Brasil (...) desejo aos companheiros dirigentes do Partido e seus combativos militantes, sucesso no ato e muitos e muitos outros anos de luta em defesa da democracia, de um Brasil independente e soberano e pelas suas crenças no socialismo. O Brasil precisa contar como sempre contou com a ação firme e enérgica do PCdoB na defesa do povo sofrido e dos interesses nacionais e progressistas.

*Max Freitas Mauro – Deputado Federal pelo PTB/ES*

*Michel Temer - Deputado Federal e Presidente Nacional do PMDB; José Dirceu - Deputado Federal e Presidente Nacional do PT; Álvaro Dias – Senador; José Eduardo Dutra – Senador; Roberto Saturnino Braga – Senador; Wellington Roberto – Senador; Emília Fernandes – Senadora; Marina Silva – Senadora; Hermas Brandão - Presidente da Assembléia Legislativa de PA; Sérgio Cabral - Presidente da Assembléia Legislativa de RJ; Álvaro Dias - Presidente da Assembléia Legislativa de RN; Sérgio Zambiasi - Presidente da Assembléia Legislativa de RS; De Velasco - Deputado Federal e Presidente Regional do PSL; Antonio Carlos Konder Reis - Deputado Federal; Djalma Paes - Deputado Federal; João Sampaio - Deputado Federal; José Roberto Batochio - Deputado Federal; Max Freitas Mauro - Deputado Federal; Vanderlei Macris - Deputado Estadual; Cláudio Fonseca – Vereador; Leila Márcia Santos - Presidente do Comitê Estadual do Pará*

Agradecendo o convite, cumprimentamos todos os correligionários desse Partido pelos 80 anos de exercício da cidadania, de senso democrático e de civismo

*Evaldo Ferreira Vilela – Reitor da Universidade Federal de Viçosa-MG*

(...) Cultivo a convicção de que o PCdoB continuará cumprindo o seu papel de defesa da soberania nacional, da identidade nacional, da capacidade de sonhar e lutar.

*Carlos Lessa - recém-eleito reitor da UFRJ*

*Faíçal David Freire Chequer - Reitor da Universidade de Itaúna; Gabriel Mário Rodrigues - Reitor da Universidade Anhembi Morumbi; Heonir Rocha - Reitor da Universidade Federal da Bahia; Hermano Tavares - Reitor da Universidade Estadual de Campinas; José Fernandes de Lima - Reitor da Universidade Federal de Sergipe; Jouberto Uchoa de Mendonça - Reitor da Universidade Tiradentes; Manoel J F de Bar-*

## Mensagens internacionais

**A**proveitamos a oportunidade do 80º aniversário da fundação do vosso Partido para formular as calorosas congratulações e os melhores votos.

Nos últimos 80 anos, vosso Partido persiste no ideal do socialismo, atribui atenção à combinação do marxismo com as próprias realidades do país e explora com esforços o caminho de avanço, ampliando pouco a pouco as suas forças e influências no país.

O Partido Comunista da China valoriza e presta atenção às relações amistosas de cooperação com o Partido Comunista do Brasil. Num novo século, estamos dispostos a continuar consolidando e desenvolvendo as relações amistosas entre os dois partidos e fomentar em conjunto o processo da humanidade baseando-se nos princípios de independência e autodeterminação, completa igualdade, respeito mútuo e não interferência nos assuntos interno dos outros.

*Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China*

Durante esses 80 anos, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com firmeza seguindo o Marxismo-Leninismo, lado a lado com outros partidos de esquerda, tem vindo a travar a luta pelos direitos cívicos, democráticos da classe operária e da massa trabalhadora, pela igualdade e uma vida feliz para o Povo Brasileiro, por um Brasil próspero, soberano e independente, rumo ao socialismo. Estamos acompanhando de perto e apreciamos altamente a luta perseverante do vosso Partido assim como os importantes sucessos por vós conquistados

Desejamos às relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos

dois Partidos e povos do Vietnã e do Brasil que sejam cada vez mais aumentados em força e desenvolvimento

*Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã*

Nos 80 anos em que vosso Partido vem mantendo no alto a bandeira da independência anti-imperialista e do socialismo, conseguiram grandes êxitos na luta pelo progresso independente do País e pelos direitos democráticos das massas populares trabalhadoras.

Convencidos de que as boas relações de amizade entre nossos dois Partidos continuarão desenvolvendo-se em meio à luta comum pela paz e pelo socialismo, aproveitamos esta oportunidade para formular votos de grandes sucessos nas atividades de vosso Partido para fortalecer o Partido e atingir a unidade e coesão nas forças progressistas.

*Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia*

*Comitê Central do AKEL (Chipre); Embaixada da República Popular da China; Frente Democrática Nacional da Coreia do Sul; Movimento Nova Esquerda (Peru); Novo Partido Comunista da Inglaterra; Novo PC da Grã Bretanha; Partido dos Comunistas Italianos; Partido dos Trabalhadores do Equador; Partido Popular Socialista do México; PC da Argentina; PC da Bélgica; PC da Dinamarca (ML); PC da Eslováquia; PC da Espanha; PC da Índia; PC da Turquia; PC de Israel; PC do Chile; PC do Curdistão; PC do Iraque; PC do Nepal (UML); PC do Peru (Pátria Roja); PC do Uruguai; PC dos Estados Unidos da América; PC Libanês; PC Marxista-Leninista da Suécia.*

*ros Sobrinho - Reitor da Universidade de Salvador; Nilcéia Freire - Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Paulo Jorge Sarkis - Reitor da Universidade Federal de Santa Maria; Pedro Chaves dos Santos Filho - Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal; Celso de Barros Gomes - Reitor da Universidade de São Paulo; Sueli Cristina Marquesi - Reitora da Universidade de Cruzeiro do Sul*

É com grande satisfação que recebo o convite para participar das comemorações do 80º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil.

Certamente, a simples existência do seu Partido muito contribui para o fortalecimento da democracia no Brasil. Além disso, a esquerda brasileira se fortalece com a presença dos companheiros, que garantem um aporte para o debate político de posições que procuram privilegiar a justiça social acima de tudo, e que garantem o desenvolvimento, a soberania e a paz para toda a América Latina.

*Aloizio Mercadante – Secretário Executivo do Foro de São Paulo*

Compromissos inadiáveis, anteriormente assumidos mesma ocasião, no exercício presidência conselho federal OAB, impedem-me de comparecer ato comemorativo dos 80 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil. Agradecemos fineza convite com que fui distinguido, a todos parabênzios pela importante data.

*Rubens Approbato Machado – presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil*

*Aglaete Nunes Martins - Fundação Unegro; Antônio Roque Citadini - Con-*

*lheiro do Tribunal de Contas de São Paulo-SP; Augusto César Petta - Presidente da Contee; Edmundo Fontes - Presidente da Confederação Nacional de Associações de Moradores; Felipe Maia - Presidente da União Nacional dos Estudantes; Fernando Leite Siqueira - Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás; Igor Bruno - Presidente da União Brasileira dos Estudantes; João Felício - Presidente da Central Única dos Trabalhadores; Liège Rocha - Presidente da União Brasileira de Mulheres; Nelson Kojranski - Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo; Noemy Yamaguishi Tomita - Presidente da Conselho Federal de Biologia; Sebastião Clementino da Silva - Diretor-presidente do Sindicato dos Professores de Bauru; Wadson Ribeiro - Presidente da União da Juventude Socialista; Conselho Federal de Economia*

*Aldaiza Sporti; Eduardo Sucupira Filho; Jaqueline Pitanguy; Zillah Branco*

É com enorme satisfação que me congratulo com o PCdoB pelo seu 80º aniversário. Um partido que luta corajosamente contra tudo o que ofende o povo brasileiro e a sua soberania tão ameaçada.

### EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Claudio Gonzalez (Mtb 28961), Edvar Bonotto, Remy Feres. Edição Eletrônica: Marco Godoy. Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo. Assinaturas: Edilene F. Barbosa. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412. PCdoB na internet: <http://www.pcdo.org.br> - Endereço eletrônico: [classeop@vento.com.br](mailto:classeop@vento.com.br)

*CDM*  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
*Oscar Niemeyer*



PCdoB

# Unir a oposição, derrotar o pacto neoliberal e conquistar os objetivos eleitorais partidários em 2002

## Acerca da orientação do Partido Comunista do Brasil para as eleições de 2002

O Comitê Central do PCdoB, reunido em 10 de março de 2002, apreciou a evolução da conjuntura política nacional, a situação pré-eleitoral, definiu questões relativas à intervenção do Partido no presente período e expôs a orientação acerca dos seus objetivos para o pleito de 2002.

### A conjuntura política atual

1 – O atual quadro político nacional tem como centro o embate das eleições de 2002. A disputa se expressa numa encruzilhada delineada por dois caminhos antagônicos: a continuidade da estruturação neoliberal ou a sua mudança por um novo rumo para o Brasil. Daí a relevância do pleito deste ano para o destino do país e, conseqüentemente, a sua repercussão para a América Latina e o mundo.

2 – O movimento oposicionista e de resistência ao neoliberalismo se expandiu como produto das crises periódicas e do progressivo descrédito popular no governo FHC, provocando a derrota deste nas eleições de 2000. A desconfiança do povo cresceu por causa do fracasso das políticas neoliberais na retomada do desenvolvimento e na expansão da distribuição da renda, motivando o retrocesso das conquistas sociais, desemprego aberto e precariedade do trabalho, empobrecendo a maioria da população e configurando um quadro de crescente violência urbana e de maior insegurança no seio da população. Esta situação forçou a antecipação do debate acerca da sucessão presidencial, propiciando condições históricas excepcionais para o alcance de uma vitória da oposição nas próximas eleições gerais. O governo atingiu o cume do desgaste no começo do segundo semestre do ano passado quando teve que rever mais uma vez para baixo sua expectativa de crescimento econômico, levando o país a atravessar mais um período de crescentes dificuldades, sobretudo em razão do surgimento da crise energética de grande proporção.

3 – Porém, mesmo estimando-se a permanência de uma tendência favorável ao crescimento da oposição e a maior aceitação de suas bandeiras, o governo FHC começou a retomar a iniciativa política desde o último trimestre do ano passado, eludindo a necessidade do apagão, "descolando" temporariamente a economia do país do colapso argentino e alcançando a rearrumação da sua base política no Congresso Nacional que vinha atravessando período de forte erosão. Para isso o amplo apoio da mídia e a prática dos métodos usuais de cooptação indecorosa funcionaram mais uma vez.

Mas isso não diz tudo e não explica a mudança da situação política, explícita nas novas posições do governo e de certo modo na recuperação do prestígio de Fernando Henrique.

4 – Para uma justa compreensão das mudanças é preciso distinguir as razões além das simples manobras governamentais e do seu suporte midiático. No plano externo, o presidente da República deparou-se com um mundo que começou a viver um novo período, de guerra e recessão, manifestação atual da crise da globalização neoliberal, da sucessão de fracassos das políticas liberalizantes nos países ditos "emergentes". No plano interno, o governo viu-se diante do crescimento do descontentamento popular e da ampliação da resistência à política dominante, bem como se pode constatar que a reestruturação, que levou ao maior enriquecimento dos setores rentistas, produziu o encarecimento do dinheiro, restringindo fortemente o crédito e travando a expansão da renda, agudizando as contradições intercapitalistas com importantes setores "produtivos" e exportadores. Por esse lado as pressões contra o governo também cresceram.

5 – Advêm do conjunto dessa realidade em evolução as novas posições externas e internas do governo FHC, mantendo evidentemente suas "cláusulas pétreas" neoliberais. A passagem ao regime de câmbio flutuante no início de 1999 superou o colapso então iminente, mas manteve o ritmo crescente das dívidas e do déficit externo. Hoje, Fernando Henrique clama por "uma nova ordem mundial", baseada em "novo sistema de relações internacionais que contemple os países emergentes", na necessidade de "freios e contrapesos à hegemonia de uma única nação", na "redefinição do papel" das instituições financeiras internacionais e faz críticas à proposta norte-americana da Alca. No plano interno suspendeu as privatizações das hidrelétricas, tenta fortalecer seu ministro do Desenvolvimento, passando a reconhecer que é preciso ter política ativa industrial, de exportação e de substituição de importação. Tudo isso considerado antes peças de uma era superada.

6 – Em verdade, o governo FHC vem procurando considerar algumas modificações do seu projeto, procurando saída para a crescente vulnerabilidade externa, adaptando-se aos novos fatos, operando determinada reciclagem na sua orientação. Entretanto é preciso distinguir o essencial – o modelo se mantém e seus beneficiários se consolidam. A realidade contida em mais de dez anos de aplicação da orientação liberal-desnacionalizante no Brasil, principalmente durante os dois governos de Fernando Henrique, moldou um pacto político que se ca-



PCdoB pretende aumentar a bancada nas eleições deste ano

racteriza pela defesa classista dos maiores beneficiários do modelo dominante em desenvolvimento. Esse modelo, receita única do FMI, a rigor aprofundou a dependência do país e forjou nas condições brasileiras um círculo perverso, no qual a estabilidade monetária, objetivo único da política econômica em vigor, só funciona com estancamento do crescimento do país. Suas premissas, que tomam caráter pétreo, consistem na vigência da austeridade fiscal (superávit primário para 2002 chega a R\$ 47,5 bilhões, com maiores cortes nos investimentos e gastos sociais), no pesado controle monetário (taxa de juros reais no patamar de 12%, segundo maior do mundo, bloqueando a expansão do investimento), na liberalização da economia (transnacionais cresceram no país 146% nesses últimos dez anos e o passivo externo mais que dobrou).

7 – Os beneficiários e seus servidores do regime dessa década liberal (anos 90), gozando hoje de forte poder, exercem poderosa influência. Eles sempre conseguem manter o regime das taxas de juros muito elevadas, exigem títulos indexados ao dólar, impõem através do FMI altos superávits da receita pública como garantia do pagamento dos juros, e contam mais ainda para seu proveito, com o regime de baixos salários e de perda de direitos dos trabalhadores. No período de 1994 a 2001, o lucro dos bancos cresceu de maneira inédita, atingindo um pico de 315%, enquanto que os salários, considerando-se desde 1997, tiveram uma queda de 14%.

8 – Tais diretrizes liberais permitiram uma fabulosa transferência de renda para uma camada de grandes rentistas de fora e de dentro do país, possivelmente constituindo-se hoje na oligarquia dominante com ramificações em toda economia e sendo o setor capitalista mais poderoso do sistema de poder contemporâneo brasileiro. O governo FHC expressou maior desse sistema de poder atual, tem uma trajetória marcada por um

equilíbrio precário e cruel – graves crises sucessivas sem colapso –, culminando duas décadas de estagnação econômica caracterizada por ampla desnacionalização, pesada espoliação dos trabalhadores e manutenção de forte incidência de concentração de renda.

9 – No começo deste ano, o governo FHC, sua oligarquia dominante e seus acólitos bem pagos tudo fazem para manter a continuidade da estruturação neoliberal em curso. Uma extensa rede vem sendo montada para preparar o terreno, retirando os obstáculos e criando um clima favorável ao continuísmo. A grave situação que atravessa o país é disfarçada e o governo federal é sempre apresentado como inovador e moderno. A tragédia da violência que estoura nos centros urbanos, configurando um quadro de guerra civil atípica, a insegurança disseminada em todo canto é apresentada como "responsabilidade de todos". As epidemias que voltam a grassar as grandes cidades são consideradas "naturais em regiões subtropicais".

10 – Depois da forte desaceleração econômica no transcorrer de 2001, o governo faz nova previsão de crescimento da economia brasileira em 2002. O ritmo sempre contido de desenvolvimento que se espera, da ordem de 2%, será insuficiente para diminuir o desemprego e elevar os salários já demais arrojados, mas é exposto como grande êxito. Também como resultado desse plano de crescimento estancado, o governo corta mais ainda investimentos e gastos sociais a fim de garantir elevado superávit primário e o pagamento de juros da dívida. Esse gigantesco esbulho das receitas públicas, é festejado como austero e modernizador. O governo cunicamente apresenta a reformulação do Art. 618 da CLT (ficar valendo o negociado sobre o legislado), significativo retrocesso das garantias trabalhistas, como uma medida modernizadora nas relações do trabalho. E para mais justificar a excelência da continuidade liberalizante em

curso, o colapso argentino resulta do emblemático da aplicação completa e cabal do modelo neoliberal, numa lógica paradoxal, é exibido como uma situação de crise que pode "contaminar" o Brasil "se a oposição chegar ao poder". Assim, o terreno pré-eleitoral vem sendo preparado metodicamente pelas forças governistas, visando sua continuidade.

### Cenário pré-eleitoral

11 – A oposição e o movimento de resistência procuram se apoiar na crescente simpatia do povo às bandeiras de mudança e na sua rejeição às políticas neoliberais. As campanhas contra as privatizações e o pagamento da dívida externa tiveram grande êxito, sobretudo a primeira, colocando na defensiva o governo e as forças liberais-desnacionalizantes. Hoje, um extenso movimento que congrega partidos políticos, organizações sociais e instituições da sociedade civil se organiza e define agenda de lutas contra os propósitos hegemônicos dos Estados Unidos representados na Alca. Ganha amplitude a luta pela paz, contra a guerra e o expansionismo militar planetário do imperialismo norte-americano. A realização do 2º Fórum Social Mundial em Porto-Alegre teve a marca dessas bandeiras – pela Paz e contra a Alca – e representou um forte alento para as forças antineoliberais no Brasil. A luta contra a modificação do Art. 618 da CLT reuniu a grande maioria das organizações sindicais, ficando de fora somente a Força Sindical, por motivos óbvios, podendo culminar com uma ampla manifestação de protestos e greves no dia 21 de março e maior apoio parlamentar no âmbito do Senado, onde se encontra para ser votada.

12 – A oposição diante da antecipação do processo sucessório presidencial aparece fracionada expondo múltiplas candidaturas. Os quatro candidatos de oposição apresentam-se como portadores de um programa de mudança do projeto aplicado pelo atual governo federal. De certa maneira esses candidatos propõem soluções e prioridades com ênfases diferentes. Eles sublinham a importância da retomada do desenvolvimento; destacam a necessidade de resolver os graves problemas da concentração de renda, pobreza e bem estar social; indicam a redefinição da soberania nacional com maior destaque ao papel do Estado nacional, levando em conta a retomada da autonomia na condução da política econômica, principalmente considerando a função da poupança e do investimento internos. Em relação às chamadas "cláusulas pétreas" do modelo neoliberal, desregulamentação financeira e comercial, absolutismo monetário e fiscal, aval do FMI



para a condução da política econômica -, as posições vão da não explicitação, à dubiedade ou do consentimento parcial com esses princípios.

13 - Na fase atual, a retomada da iniciativa política do governo FHC, que tirou o campo situacionista da defensiva, fez com que seus representantes se apressassem na indicação dos nomes concorrentes. Para os setores dominantes interessados na continuidade da estruturação neoliberal o ideal seria mais um mandato para Fernando Henrique, ou a presidência para Pedro Malan. Não sendo possível, procuraram no âmbito governista o candidato mais confiável à aplicação dos seus objetivos e que seja capaz de derrotar a oposição. Neste momento dois fatores provocaram uma situação política nova, podendo por isso produzir mudanças significativas no cenário pré-eleitoral: a resolução do TSE sobre o regime de coligação vertical e o rompimento do PFL com Fernando Henrique e o PSDB e a possível inviabilização da candidatura de Roseana Sarney, depois da célebre investida peessedebista para deslocar essa candidatura. Assim, o quadro pré-eleitoral sofre uma reviravolta, passando a uma nova etapa de definições. Tanto o primeiro episódio que produz impacto no quadro das coligações quanto o segundo, referente à reação manifestada pelo PFL estão relacionados com a tentativa em curso de firmar a qualquer preço o papel hegemônico de Fernando Henrique e do PSDB no processo político da sucessão presidencial.

14 - A Resolução do TSE acerca da "coligação vertical" teve pronta acolhida de Fernando Henrique e tudo indica que houve no mínimo um trio de articulação - o Presidente do TSE, o Presidente da República e o Ministro da Justiça - para o desfecho dessa decisão do TSE. Essa resolução pode ser um meio, pela via normativa, pelo qual o centro hegemônico melhor exerça a centralização e o controle da marcha sucessória no campo situacionista e limita a oposição ao campo restrito de alianças. A mudança das regras fundamentais do jogo eleitoral neste momento é um golpe político, implicando maior tempo de indefinição, provocando maior instabilidade política. O PT, PSB, PCdoB, PPS e PL entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, além de outras iniciativas contrárias à instrução do TSE.

15 - A iniciativa virulenta do PSDB e do Planalto em relação ao crescimento da candidatura de Roseana Sarney se encaixa na disputa de posições chave no campo governista. O PSDB vem assumindo cada vez mais o papel de força de vanguarda dos novos setores capitalistas dominantes, beneficiários da reestruturação neoliberal desses últimos dez anos, infundindo sua estratégia, impondo aos demais partidos situacionistas a função de forças complementares do seu projeto hegemônico. É fato que diante dos últimos acontecimentos a base governista se desmontou, uma parcela significativa opôs-se à candidatura Serra, refletindo em suas hostes novas pendências e exigências para um novo consenso. Porém, as pesquisas de opinião esboçam atualmente uma tendência de que um candidato do lado governista,

qualquer que seja, disputará um provável segundo turno com um candidato oposicionista. Os denominados grandes agentes econômicos, o "sistema financeiro", tornaram-se tranqüilos com o surgimento de candidaturas situacionistas com viabilidade de derrotar a oposição e manter a continuidade - de uma certa maneira, dizem, "poderia ser Serra ou Roseana", apesar de expressarem sua maior confiança no primeiro.

16 - Os acontecimentos atuais provocaram impactos que implicaram conseqüências importantes no campo da oposição. Primeiro, a decisão do TSE subverteu a linha de coligações que vinha sendo aplicada nos Estados. Segundo, a crise que se instalou na base governista é um fato novo que favorece as forças oposicionistas, principalmente a Lula e a Garotinho. Desse modo, ressurgem a possibilidade, apesar de subsistir ainda grandes dificuldades políticas, de unir pelo menos parte da esquerda desde o primeiro turno eleitoral. Entretanto, para alcançar esse objetivo, deve haver contrapartidas, considerando-se o apoio à candidatura presidencial do PT. Assim, cabe a este partido, por seu turno, favorecer e dar apoio a candidaturas de outros partidos no âmbito dos Estados. E ainda a escolha do vice-presidente e a elaboração do Programa de governo devem ter seu centro de gravidade num fórum da frente a ser constituída. Sem concessões recíprocas e respeito mútuo entre os partidos visando a definição de um plano eleitoral conjunto - nacional e nos estados - uma nova iniciativa frentista fracassará. É nesse sentido, tendo em vista uma nova busca de unidade, neste momento, que o PCdoB poderá contribuir e empreender entendimentos, principalmente considerando-se primeiro uma aliança entre o PT, PSB e o PCdoB.

#### **Por um programa de reconstrução nacional, sustentado por amplas forças**

17 - O 10º Congresso do Partido exprimiu uma compreensão mais profunda da situação do Brasil indicando o esgotamento de um ciclo econômico nas condições históricas atuais. Isso se deveu principalmente ao processo crescente de dependência e de desnacionalização, aguçando a crise estrutural, hoje exacerbada por duas décadas de estagnação. O projeto neoliberal em desenvolvimento aprofundou a crise do capitalismo dependente, deformando mais ainda a sociedade brasileira, constituindo-se num marco histórico do agravamento do impasse brasileiro, e não uma demarcação de "redenção contemporânea" como querem fazer crer os ideólogos chapa branca de plantão.

18 - A luta entre os dois caminhos a seguir - consolidar o projeto neoliberal ou a sua ruptura por um novo rumo - dá-se de imediato no contexto institucional vigente, o qual define as condições concretas da disputa eleitoral de 2002, podendo-se assim dimensionar quais as condições e os meios das forças oposicionistas para o alcance dos objetivos perseguidos. O pacto político que sustenta o modelo predominante baseia-se numa justificativa ideológica - a inviabilidade do Estado nacional e do Brasil como nação independente, nas condições da

globalização neoliberal. Desse modo qualquer veleidade de projeto nacional e democrático foi deixado de lado, porque seria anacrônico. A própria governabilidade atual prescinde do sentido nacional.

19 - Em decorrência dessa situação a conseqüência elementar para as forças oposicionistas avançadas e sobretudo revolucionárias é que as bandeiras da soberania e da democracia estão em suas mãos, devendo ser empunhada com força para servir aos interesses dos trabalhadores e das massas populares. Isso porque, considerando-se o nível da luta presente, esse é o meio, o caminho real, para a formação de uma ampla frente política e de poderoso movimento cívico de massas, condições imprescindíveis para a aproximação do objetivo estratégico - transição ao socialismo.

20 - Em face dessa realidade e visando o alcance dos seus objetivos maiores é que o Partido tem insistido na proposta de um novo rumo para o Brasil, qual seja a ruptura com a atual orientação dominante, um projeto de mudanças que promova a reconstrução nacional, a transformação social e a mais ampla liberdade política. Num situação de desgaste continuado da liberalização em curso, mesmo as forças comprometidas com a política vigente são obrigadas a aparecer distantes do núcleo do governo central, procurando confundir seu discurso com o da oposição. Mas o essencial da linha demarcatória entre os dois campos - situação e oposição -, é que o primeiro tem sua natureza expressa no pacto político hegemônico pela oligarquia financeira, hoje funcionando numa espécie de condomínio com seus parceiros de fora do país. Os candidatos governistas por mais que falem de "mudanças" ou "correções" são peças-chave desse sistema, af estão comprometidos e em última instância agirão com base nos interesses desse bloco hegemônico. Por outro lado, no segundo campo, evidenciando a linha divisória com a situação, o Partido propõe um novo governo democrático, de reconstrução nacional, que somente poderá ser conquistado e tornar realidade o programa de verdadeira mudança, se derrotar e desmontar esse pacto atual de forças dominantes. Daí a necessidade incontornável do novo governo ser expressão da unidade das correntes contrárias ao projeto neoliberal, tendo como núcleo as forças mais conseqüentes e contar com o respaldo de amplo movimento político popular.

21 - Neste momento, torna-se premente para as forças oposicionistas retomar a iniciativa política, em sintonia com os anseios populares, desbaratando a investida do governo FHC e seus cúmplices que insistem no velho discurso de intimidar camadas médias da sociedade e setores políticos vacilantes quanto ao "risco" de uma vitória oposicionista. Tendo em vista a necessidade da amplitude política e social para o êxito do projeto mudancista, é preciso ganhar as parcelas médias da população, porque elas também são partes exploradas pela oligarquia financeira, não sendo incompatíveis suas reivindicações com as estritamente populares (Neste caso é elucidativo o exemplo argentino. Aparece com força a contradição na luta da classe média

abastada, dos pequenos e médios empresários - e até de alguns grandes - contra os bancos e o sistema financeiro internacional). Esses agentes da continuidade neoliberal, sustentados por grandes interesses internos e externos compram a cumplicidade política a fim de manter a sua base de sustentação a qualquer preço e encurralar a oposição. É necessária a denúncia viva do que significa mais meia década de vigência da política neoliberal, implicando maior estrago social, retrocesso das conquistas dos trabalhadores e do crescimento do risco de neocolonização do país, afirmando as bandeiras oposicionistas.

22 - A responsabilidade do Partido e da oposição perante o povo tem conseqüências históricas. Devemos reafirmar nossa convicção unitária, insistindo na importância da aglutinação das forças oposicionistas no plano nacional e nos Estados da Federação e a formação de amplo movimento cívico nacional. Mantida a pluralidade de candidatos da oposição no primeiro turno das eleições, devemos contribuir para estabelecer um pacto de respeito mútuo, criando as condições propícias para uma ampla unidade na batalha decisiva do segundo turno. Assume grande importância na atualidade a explicitação programática que demarque com o modelo neoliberal, definido o eixo do programa: reconstrução nacional, democrática, voltada para os interesses populares.

23 - O Partido Comunista do Brasil considera que o esforço na busca da unidade oposicionista não pode ser efetivo deixando de fora o Partido dos Trabalhadores - maior contingente da oposição brasileira -, assim como este Partido, por sua dimensão, tem destacada parcela de responsabilidade na realização desse empreendimento unificador. O PCdoB tem longa trajetória de aliança com o PT, desde 1989, nos pleitos nacionais, construindo com ele um campo democrático e popular nas condições atuais. O Partido reafirma que na relação entre os dois partidos devam existir cooperação, êxitos políticos recíprocos, preservando-se a identidade própria de cada organização. O PCdoB se empenhará para manter a continuidade dessa aliança nacional no próximo pleito, consciente da sua importância histórica. O Partido também tem em conta, partindo da realidade política diversificada do país e da sua experiência eleitoral que a aliança partidária nacional pode sofrer diferenciação conforme a especificidade de cada Estado da Federação. Por isso, a presente instrução normativa do TSE impondo a coligação vertical é um retrocesso político, porque representa a volta da tutela estatal aos partidos e eleitores e uma negação do princípio federativo.

#### **Orientação e objetivos eleitorais do PCdoB em 2002**

24 - As eleições de 2002 são gerais, envolvem a escolha do presidente da República, de dois terços do Senado e dos governos estaduais enquanto disputas majoritárias, bem como a renovação da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas enquanto disputas proporcionais. Em seu todo uma batalha de grande envergadura na qual Partido Comunis-

ta, ao mesmo tempo em que se empenha na unificação de forças oposicionistas para derrotar o neoliberalismo dominante, tem também seus objetivos eleitorais próprios, componente absolutamente necessário do conjunto do esforço partidário.

25 - Diante do largo espectro de cargos a serem renovados o Partido concentrará seus interesses particulares na disputa da Câmara dos Deputados. Por motivos que vão desde a necessidade de somar forças de esquerda, desde já, na disputa presidencial, aos critérios adotados pela legislação eleitoral brasileira para avaliar o funcionamento parlamentar dos partidos, cuja viabilidade é dada pelo número de deputados eleitos e pelo número de votos obtidos por cada partido para a Câmara Federal. Considerando-se a realidade política atual e a fase de expansão partidária é possível se alcançar 1,5 milhões de votos, equivalentes a 2% do total de votos válidos presumíveis para o pleito de 2002. Entretanto é de grande interesse para o Partido a eleição de uma significativa representação de deputados estaduais, a disputa por vagas no Senado Federal em alguns Estados, assim como a participação dos comunistas em chapas que concorrerão aos governos estaduais.

26 - Ao fixar essas diretrizes o Comitê Central leva em conta que a campanha eleitoral já está em andamento e destaca para todo o coletivo do Partido, em especial suas direções, a importância de tal processo. A fase atual é de conclusão dos projetos de cada Estado, porém surgiu um novo fator. Mantida a resolução do TSE acerca da vigência da coligação vertical, pode haver mudanças importantes no quadro atual das coligações partidárias para as eleições de 2002. Este período é também de início da mobilização partidária, da realização de reuniões ampliadas para discussões temáticas ou de plataformas, da fixação dos eixos, motes e slogans de cada candidato; do planejamento da propaganda com destaque para os programas de TV; das intensas articulações, contatos com lideranças e abertura de possibilidades de dobradas; da mobilização de recursos e do estabelecimento de prioridades dos setores e locais nos quais se dará cada campanha. Esse período, de pouco mais de três meses é decisivo no processo de acumulação de forças e se esgota em junho próximo quando se realizam as Conferências Estaduais que escolherão formalmente os candidatos e que colocarão a campanha em outro andamento.

27 - A orientação aqui traçada define o centro do esforço em torno do qual se desenvolverá o IV Plano de Estruturação Partidária. O PEP está chamado a um só tempo a fazer avançar o Partido em ligação com essas metas, e a sustentar o esforço partidário sem o qual elas não serão alcançadas. Por isso, o debate desta Resolução Política complementa-se com o debate, planejamento e execução do IV PEP em cada nível da estrutura partidária.



PCdoB

# IV Plano de Estruturação Partidária

WALTER SORRENTINO\*

O projeto político do Partido Comunista do Brasil se define para este ano substancialmente em torno da Resolução indicada pelo Congresso. Adquire caráter marcante a batalha eleitoral e a necessidade de alcançar 2% dos votos nacionais. Entrelaça-se a ela a luta contra a Alca, a luta contra a modificação da CLT, as comemorações do 1º de Maio, os congressos da União da Juventude Socialista (UJS) e Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) e as comemorações de 80 anos do Partido. A resolução do Congresso nos indica correlacionar essas batalhas com o IV Plano de Estruturação Partidária (IV PEP). Deverão ser examinadas também diretivas para uma campanha própria do Partido com vistas à redução da jornada de trabalho.

Em correlação a isso aprovamos o IV PEP, cuja realização foi deliberada pelo Congresso. Ele parte, além das exigências políticas a que o Partido precisa responder, da atual situação do Partido após 3 PEPs. Esse balanço foi dado no Congresso: êxitos na estruturação e nos planos, convivendo com dificuldades ainda persistentes de estruturação do Partido e de planificação contra o espontaneísmo na sua construção. Adquiriu maior dimensão visível o difícil problema da FLUTUAÇÃO nos efetivos militantes e a constatação meridiana de que o Partido é um MOSAICO muito variado em seus graus de estruturação pelo país. Por isso, o que fixamos para o IV PEP introduz modificações com respeito às experiências anteriores e que implicarão em outros desafios para levá-lo a bom termo.

Os conteúdos e rumos do IV Plano decorrem das Resoluções do Congresso. Nada acrescentaremos ao diagnóstico e perspectivas lá apontadas, a não ser as resoluções políticas que norteiam nossa conduta em cada batalha. Mas o IV PEP ganha modificações importantes.

Em primeiro, ganha novas condições e abrangências. Estruturar o Partido para cumprir melhor seu papel, estruturar para os fins. Portanto, segue incorporando como central o componente político concreto – partido se constrói nas batalhas concretas – e deve abarcar a ação política de massas (inclusive a eleitoral) como elemento propulsor da estruturação a ser planificada. Desse modo, ingressamos no plano as frentes de massas. Ou seja, relacionar a luta eleitoral e a luta de massas, e ambas com a estruturação partidária.

Segundo, ganha novas cronologia e metodologia. Isso porque se estabelecerão por dois anos, coincidindo com os períodos de gestão das direções eleitas nos escalões intermediários. Como se trata de um período tendo pelo meio uma magna decisão que é a eleição de outubro, ele se desdobra em 2 etapas, cada uma com fases distintas. Em meio a essa dinâmica de planificação, precisamos fixar bem os alvos centrais e erigir, em torno deles, um sistema de metas apropriado e passível de controle adequado. Essas metas são diferenciadas conforme as instâncias partidárias e as frentes de atuação em questão, mas devem perseguir um mesmo objetivo. Serão metas

qualitativas e quantitativas.

Os alvos centrais do plano de estruturação são 3:

1 – consolidar os Comitês Municipais mais importantes como órgãos de direção das batalhas políticas e de massas, dirigindo o Partido na sua área por intermédio de OBs;

2 – aumentar as fileiras partidárias, direcionadas prioritariamente para os grandes municípios e grandes concentrações proletárias, de modo a aumentar o contingente de bases e de bases proletárias no Partido;

3 – dar estabilidade e continuidade à base militante, fazendo com que cumpram o papel de dirigir a luta política, eleitoral e popular na sua área de atuação.

Isso merecerá reflexões e estudos permanentes. Os Comitês Municipais (CMs) hoje são o elo central da cadeia para consolidar a estruturação do Partido. A realidade econômico-social brasileira, após década de deformação pelas políticas neoliberais, acentua a concentração dos fatores demográficos, econômicos e sociais nas grandes regiões metropolitanas e urbanas em geral. Por último, a luta política atual aumenta o papel dos grandes municípios, onde reside o grosso dos conflitos das relações sociais e o grosso da disputa de projetos políticos. Por isso nossa definição de centralizar o esforço neles: viemos de 1978, quando se tratava de constituir uma direção nacional; avançamos para um sistema consolidado de direções estaduais nos principais Estados (ainda inconcluso); precisamos dar um passo a mais, rumo aos CMs, para verdadeiramente termos um sistema que nos permita organizar atividade militante efetivamente pela base e chegar mais intensamente ao povo.

O trabalho junto ao proletariado ganhou enorme dimensão subjetiva no Partido, com a Conferência Sindical, o Congresso e o anseio da base, muito salutar. Seguirá havendo um esforço conceitual, com o Seminário sobre o Proletariado (SEMPRO), mas esforços práticos muito positivos já foram verificados no Rio de Janeiro e Minas Gerais, e estão em curso em São Paulo, Bahia e Amazonas, chegando a praticamente todos os principais Estados. A questão está posta: o proletariado segue sendo ontologicamente central à formação capitalista, aumenta suas fileiras sob variados estatutos e a fragmentação e precarização do trabalho repõem mais ainda necessidade de partido, com instrumento para construir a identidade coletiva dele. Está aí a base social essencial de um partido como o nosso, o partido revolucionário do proletariado, na atual fase do combate político contra o neoliberalismo. Estruturar mais o Partido para representá-los e defender seus interesses é irrecusável.

Por fim, a flutuação dos efetivos é matéria momentosa do movimento comunista. Falamos inicialmente de evasão e instabilidade, já que não há propriamente ausência de novas filiações. Do ponto de vista estrito da estrutura partidária, a matéria é central para o papel, funções e vida das bases. Tomaremos algumas medidas iniciais frente a isso, pelo menos explicitando o problema. Mas ele transcende muito a questão de es-

trutura e organização: ingressa na esfera da problemática ideológica na atualidade – a motivação de homens e mulheres para a luta transformadora – e infere a função, feições e papel dos partidos políticos, notadamente do Partido Comunista. Esforços deverão ser feitos com esse foco quando nos dispusermos a elaborar uma política de organização mais consentânea com a realidade atual.

Dados esses alvos, precisamos deslocar progressivamente o centro de gravidade da execução do plano para os Comitês Municipais nos maiores municípios onde está organizado o Partido. Eles, sobretudo, precisam tomar nas mãos o planejamento e realização do plano, efetivando-o por intermédio das bases e com a ajuda do Comitê Estadual. Isso é particularmente válido para os Estados onde o Comitê Estadual está mais estruturado e consolidado. Particularmente nas capitais, esse centro precisa ser mais demarcado, desdobrando-o mais intensamente para as bases através dos principais distritais. Nas demais situações, essa diretiva se combina com elementos da realidade de estruturação partidária. Em alguns Estados ou em algumas frentes do trabalho de direção, o central permanece sendo a melhor estruturação dos Comitês Estaduais, expresso em ter um funcionamento permanente e constituir todas as frentes internas de direção.

A concretude política é o melhor antídoto contra a maior abrangência. Isso porque muitos planos que conhecemos são muito amplos, privilegiam os objetivos permanentes (o que não é ruim, pensar em médio prazo...), mas não se executam fora do ambiente concreto das batalhas políticas e sociais que as condicionam neste ano e no próximo (não podem ser planos válidos para qualquer época ou lugar).

Dizemos que o plano deve ter um CENTRO bem determinado: hoje isso é representado pelo alcance de 2% dos votos nacionalmente e eleição de forte bancada federal e estadual. Não se trata de absolutizar pragmaticamente o voto, mas vê-lo em consonância às lutas que travamos, combinando-as com a maior presença do Partido na luta de massa, e entrelaçando todas com a estruturação maior do Partido.

Essa necessidade nasce da leitura da realidade mundial e brasileira: um arrocho conservador e guerreiro nascido da postura dos EUA em busca de manter a qualquer preço sua atual hegemonia, convivendo com uma falência das políticas neoliberais em crise, que fazem despertar a consciência crítica de novas gerações militantes – como se demonstrou nos últimos anos. Não se inverteu a correlação de forças desfavorável, não vivemos já um equilíbrio nem muito menos se inicia um novo auge revolucionário – mas essas mudanças na consciência social já exigem nova postura do Partido junto ao movimento de massas, em particular junto ao proletariado.

Isso está ligado ao próprio processo de unidade e luta no interior da frente. Esse ponto é nevrálgico, porque se relaciona com novas condições para a acumulação de forças do Partido. Foram inten-

sas as discussões acerca da frente única e de cumprir melhor o papel de unidade e luta no seu interior. Frente única onde o Partido é minoria não é e nunca foi tarefa simples; dispensa qualquer simplificação ou imediatismo. As formulações propostas levam a questão não só ao plano político e da luta de idéias, mas à própria base social que decidirá a questão, vale dizer, o proletariado, as amplas massas populares.

Isso implica ajustes nos métodos de direção: as lutas de massas são parte essencial da tática, precisam ser trazidas à esfera das direções políticas, entrelaçadas com o esforço eleitoral e, ambas, intercorrerem para maior estruturação partidária. Não é pouco o que precisamos mudar em nossas atitudes de direção, inclusive no sentido de conferir maior atenção às bandeiras, instrumentos, meios e inclusive métodos mais pedagógicos para formar nova geração de lutadores. Aponta para campanhas próprias do Partido, no seio de união de forças mais largas, vencendo o caráter classista e combativo de nossas propostas.

A outra questão correlata da concretude é melhorar a dimensão de função do plano: recorte apropriado de passos e metas que podem ser dados, nas atuais circunstâncias do país e do Partido. Isso nos adverte mais uma vez contra planos que possam valer por uma década, genéricos, permanentes, o mesmo em São Paulo que em Tocantins. Não estamos ainda afeitos a isso, nem há uma cultura única no Partido para lidar com isso, mas vamos fazer um esforço a mais, depois dos 3 PEPs, para marchar nesse sentido. O nível central vai fixar rumos, diretrizes e metas próprias, através deste documento, elaborando diretivas para cada frente de atuação. O CC controlará metas sensíveis nacionais, como indicadores do andamento do conjunto do plano. Outras instâncias fixarão metas menos ou mais alargadas, mas o plano é um só e nacional.

Por ora, vão se fixar metas nacionais centrais para a 1ª Etapa do Plano, até outubro, em comunhão com os planos elaborados pelos estaduais. Os estaduais, municipais e bases desdobrarão em seus planos estas diretrizes e metas, em ligação com os planos mais permanentes que estão elaborando em cada Estado.

Fixamos os elementos de orientação para a 1ª Etapa, de 2002. Ela é composta das seguintes fases:

1 - Até junho, quando, entre o dia 10 e o dia 30, se realizarão as Conferências Estaduais que escolherão formalmente os candidatos a deputados federais e estaduais. Centra-se na seguinte idéia: primeira fase da campanha, primeira fase do plano de estruturação. Nessa fase todo o exército político comunista deve se preparar para a batalha realizando assembleias das OBs, conferências distritais e municipais, aglutinando mais e mais comunistas e amigos. As conferências vêm desde as Assembleias de Base, erigindo o planejamento e metas do desafio eleitoral. Além disso, compreende o período privilegiado de comemoração dos 80 anos de fundação do PCdoB e a propaganda de IV. Do ponto de vista da ação de massas, há a greve

nacional de março, o congresso da UJS e da Conam. É um período de atividades de planejamento da campanha e início das atividades de campanha propriamente ditas, reforçando a estruturação dos comitês intermediários e bases. Devemos empreender aqui o estudo dos principais comitês municipais do Partido no país.

2 - De junho até outubro, quando se realizarão as eleições. Ganham dimensão total a ampla atividade eleitoral de massas, a batalha do debate politizador e conquista do voto popular para nossos candidatos. Aqui se impõe vencer o hiato paradoxal e despolitizado de que o Partido deixa de atuar estruturadamente, absolutizando a conquista do voto sem reforçar sua estruturação. É um período favorável ao amplo debate político formador da militância e do povo, ao ingresso de novos militantes e à intensificação da presença política do Partido. Nesse mesmo período se realiza o plebiscito acerca da Alca, que pode motivar o Partido a fixar metas e alvos próprios em ligação com sua estruturação.

3 - De outubro a dezembro: na hipótese provável de haver segundo turno eleitoral, se define o novo cenário político e, conseqüentemente, se ajustam metas do PEP. Desafio particular para nós nesse período é reduzir o tempo de engate da nova etapa. Nesta fase, retoma dimensão maior o esforço em perseguir as metas traçadas – particularmente para frentes específicas, como formação, que têm auge pós-eleitoral – o recrudescimento do esforço de filiações após a esperada vitória eleitoral etc. É hora também de balanço do conjunto da 1ª etapa e ajustes nas metas para a próxima etapa.

Precisamos destacar as seguintes diretivas:

- Dar novas metas ao plano militar-estudar-divulgar-contribuir, tendo em vista uma meta de 20% de crescimento militante até outubro;

- Nenhum comunista deve atuar fora de OBs, particularmente nos maiores municípios, e "as OBs deverão se constituir no núcleo dos comitês eleitorais de campanha, agregando ao seu redor segmentos amplos de apoiadores e massa"; esforço decidido para aglutinar os que participaram das Conferências do 10º Congresso e buscar atrair de volta os que participaram da Conferência de 1999, segundo os cadastros disponíveis.

- Novo papel das Conferências a partir deste ano: não há conferências formais "eleitorais". A Assembléia de Base traça seu plano e metas de trabalho relativas às batalhas políticas e de massa citadas no âmbito do planejamento municipal e estadual. Portanto, municipais farão conferências anuais, exigindo nova cultura de trabalho. Propõe-se a aprovação das normas das Conferências, que foram anexadas nas pastas, e propõe-se um esforço de bom caráter para um cadastro dos CMs – que será indicador principal do IV PEP.

O IV PEP será um poderoso instrumento nas mãos dos milhares de comunistas espalhados pelo país. Seu cumprimento levará o Partido a novo patamar e merece o melhor dos esforços de todo o coletivo.



PCdoB

# PCdoB 80 anos: Um brinde ao socialismo

**E**m 25 de março de 1922 ocorreu a fundação do Partido Comunista do Brasil, que, inspirado na revolução socialista de Outubro de 1917, brotou das lutas da nascente classe operária brasileira e levantou a bandeira vermelha do socialismo.

O PCdoB é um Partido forjado no combate a ditaduras e na defesa da soberania, da democracia e dos direitos do povo. Enfrentou o autoritarismo da República Velha e do Estado Novo. Lutou contra o regime dos generais de 1964. Pela democracia, organizou a Guerrilha do Araguaia. No sul do Pará, os comunistas, com a participação e o apoio dos camponeses da região, protagonizaram a mais importante resistência armada à ditadura militar. Até hoje germinam as sementes nas selvas da Amazônia as sementes de coragem e de amor ao povo e ao Brasil plantadas pelos guerrilheiros.

O PC do Brasil usufruiu da credibilidade das agremiações da esquerda e da confiança do povo. Sua bancada na Câmara Federal, constituída por dez parlamentares, desenvolve frutífera articulação política e se destaca pela combatividade e coerência na defesa do país. Participa com destaque das lutas dos trabalhadores, da juventude e das mulheres. Seus militantes têm dado grande contribuição para o fortalecimento das entidades e movimentos de importância nacional. Abraça movimentos culturais, ambientalistas e de luta anti-racista. Cultiva seus princípios revolucionários, buscando atualizar e enriquecer o marxismo.

Atos de alegria e confraternização celebraram em todo o país os 80 anos do Partido. Manifestaram-se operários e demais trabalhadores; sertanejos e camponeses; jovens, mulheres, intelectuais, enfim, o povo brasileiro de toda parte.

**RIO DE JANEIRO:** berço do PCdoB, o Rio de Janeiro sediou o ato principal de comemoração do aniversário do Partido, com mais de 1500 militantes. A celebração começou com samba, depois veio o Hino Nacional, com o coral da Fatec. Renato Rabelo, presidente do PCdoB, fez um apanhado da trajetória do Partido, destacando a reorganização de 1962. A deputada Jandira Feghali representou a bancada comunista na Câmara. Jovens da UJS presentearam com rosas Elza Monnerat, veterana de

57 anos de militância. O deputado Alexandre Cardoso (PSB), avaliou que "o PCdoB é o único partido capaz de costurar a unidade da oposição". Elisa Lucinda declamou seus versos. O final emocionante veio com a execução, em gaita e violão, do hino dos trabalhadores do mundo em luta.

**BRASÍLIA:** Estudantes, sindicalistas e militantes prestigiaram a sessão na Câmara dos Deputados. O arquiteto Oscar Niemeyer compareceu à cerimônia instalada pelo deputado Pedro Valadares (PSB/CE) em nome do presidente Aécio Neves (PSDB/MG). Valadares convidou João Amazonas, presidente de honra do Partido para compor a mesa ao lado de Haroldo Lima (BA), líder do PCdoB na Câmara e do jornalista José Reinaldo Carvalho, vice-presidente do Partido. Compareceram o embaixador Musa Amer Odeh, da Palestina; o encarregado de negócios da Embaixada do Vietnã, Nguxen Van Tich, e Li Baojun, conselheiro da Embaixada da China. O deputado Geraldo Magela (PT/DF) destacou que a bancada feminina do Partido é em proporção a maior da Casa. Leonel Brizola foi representado pelo deputado Salomão Gurgel (PDT/RN). O deputado Regis Cavalcanti (PPS/AL) fez um "viva" ao PCdoB. O líder da bancada do PSB, deputado José Antonio Almeida, lembrou "as grandiosas vitórias hoje alcançadas pelos regimes socialistas da China, de Cuba e do Vietnã". A solenidade foi encerrada com a entrega da Medalha do Mérito Legislativo a João Amazonas, "o grande pioneiro das lutas por um Brasil solidário. Todos somos alunos de sua sabedoria na condução do povo brasileiro", afirmou Pedro Valadares (PSB).

**ACRE:** No auditório do SEBRAE dezenas de militantes, dirigentes sindicais e populares comemoraram a história do PCdoB. Dirigentes do PT, PSB, PPS, PMN, PV e PTN saudaram e parabenizaram os comunistas pela incessante luta em defesa das causas justas. O governador Jorge Viana agradeceu o empenho de sua direção e seus militantes nas contribuições para o Governo Democrático Popular. Com a música Novo Tempo, de Ivan Lins e Vitor Martins, foi oferecido vinho aos mais de 500 presentes.

**ALAGOAS:** As comemorações repercutiram nos meios de comunicação. O professor Douglas Apratto Tenório, doutor em Histó-



A veterana comunista Elza Monnerat homenageada na solenidade fluminense



Aldo Rebelo (de gravata) conduz Oscar Niemeyer (ao centro) no plenário da Câmara Federal

ria e membro da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico, elaborou uma nota considerando que o "25 de março de 1922 é uma data marcante, que se identifica com a história do povo brasileiro e de sua luta por liberdade, democracia e justiça social". Lideranças do PT, PDT e PPS tornaram públicas suas saudações. A senadora Heloísa Helena (PT), candidata a governadora, parabenizou "os corações vermelhos e valentes de todos os militantes do PCdoB". Todos os diretores eleitos nas escolas participaram de uma confraternização na Secretaria Estadual de Educação, durante o evento a professora Ivanilda Verçosa, num eloquente discurso, estendeu a homenagem "aos aniversariantes comunistas".

**AMAZONAS:** As comemorações foram iniciadas no Carnaval - com a realização de um CIFORMA para 80 militantes. Prossiguiu por todo o mês de março com palestras, debates e panfletagens. No dia 31, mais de 100 militantes receberam o certificado de um novo CIFORMA. Os comunistas estiveram presentes na Assembléia Legislativa para Sessão Especial com o presidente do Partido, Renato Rabelo. Nos monitores de TV foram exibidas fotos de João Amazonas. Realizou-se um debate, na Universidade Federal do

Amazonas, com a presença de Renato Rabelo, sobre "Socialismo no 3º Milênio". Aconteceu também uma grande festa com mais de 5 mil pessoas, no centro de Manaus, sendo exibido o filme "Brasil 500 anos", além da apresentação de grupos musicais, intervenções da deputada federal Vanessa Grazziotin e do deputado estadual e presidente do PCdoB/AM Eron Bezerra.

**BAHIA:** Realizou-se na Câmara Municipal de Salvador um ato político, que, além dos parlamentares e da militância comunista, contou com a presença do presidente do diretório do PT/BA; Josias Gomes, Juca Ferreira (PV), Jaques Wagner (PT), deputado federal Waldemar Oliveira (PSB),

Ana Montenegro (PCB) e diversas lideranças e ativistas populares, sindicais e estudantis. O pré-candidato a governador pelo PT, deputado federal Jaques Wagner, afirmou ser impossível falar da história do Partido Comunista sem falar em resistência, coerência e persistência. Houve também o concorrido Forró dos 80 anos, no Clube dos Médicos. A partir do dia 25, iniciou-se a denominada "semana vermelha", com o lançamento de um jornal especial para a classe operária e visita às portas de fábrica de Salvador. Nas principais cidades do interior também aconteceram atividades, como em Feira de Santana, Itabuna, Alagoinhas, Vitória da Conquista, entre outras.



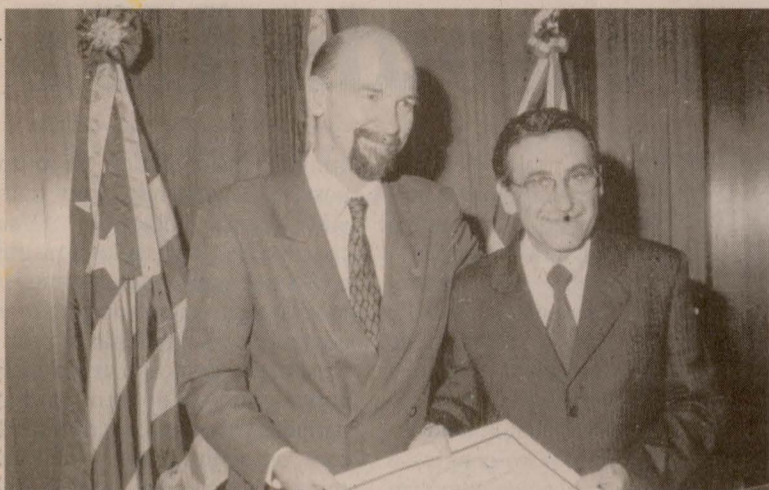
Acreanos festejam aniversário comunista



Festa nas ruas de Manaus

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois





Rabelo recebe título goianiense do vereador Fabio Tokarski

**CEARÁ:** O evento foi aberto com a exibição em telão, no plenário da Assembléia Legislativa, do programa comemorativo aos 80 anos do Partido, com depoimentos dos deputados federais Agnelo Queiroz (DF), Socorro Gomes (PA), Haroldo Lima (BA) e Jandira Feghalli (RJ), do presidente Renato Rabelo, além de João Amazonas. Pré-candidato do PSB a governador, o presidente da Assembléia Legislativa, Wellington Landim, comandou a sessão, ao lado dos presidentes regionais do PCdoB, PSB, PT e um representante do PDT. Após o pronunciamento de Inácio Arruda, foram entregues, ao som de violino, placas/troféus com o fac-símile do jornal *O Democrata* a cada um aos homenageados (alguns *in memoriam*) que editaram o jornal, nas décadas de 40 e 50.

**GOIÁS:** Renato Rabelo recebeu em 22 de março, na Câmara de Goiânia, o título honorífico de "Cidadão Goianiense", na presença de cerca de 500 pessoas. O vereador do PCdoB Fábio Tokarski relatou fatos ocorridos nos vários anos em que Rabelo morou em Goiás. Logo depois da Sessão Solene, houve a festa de confraternização e comemoração dos 80 anos. As lideranças do Partido, boa parte oriunda do interior, também se fizeram presentes.

**MATO GROSSO:** Em clima de muita combatividade, amplitude e emoção, foi realizado na Assembléia Legislativa uma Sessão Solene, por iniciativa do deputado José Carlos do Pátio. Entre os mais de 250 presentes estavam destacadas lideranças sindicais, estudantis e populares. Foram entregues títulos de Cidadão Matogrossense a 20 camaradas hoje radicados em Mato Grosso e ao histórico comunista João Amazonas, representado por Fábio Tokarski, de Goiás. Foi exibido um curta-metragem do cineasta Amauri Tangará, enfocando a trajetória política do professor Carlos Reiners, um velho militante comunista do pantanal matogrossense. Co-

mo parte da programação cultural, houve a participação da artista popular Bia, declamando a poesia *Kiuverá*, do poeta Ives Scaff, em que retrata a história da origem no nome da cidade de Cuiabá e do músico comunista Ronaldo Muniz que, em companhia do músico-percussionista Marcos Silveira, interpretou a música *Bandeira Vermelha*, acompanhado por também por Job Meneses.

**MINAS GERAIS:** Cerca de 300 pessoas participaram da sessão solene realizada dia 15 na Câmara de Belo Horizonte. A mobilização contou com caravanas de várias cidades da região metropolitana, com destaque para Belo Horizonte, Betim, Contagem e Nova Lima. A cantora Glória Buzatti abriu a homenagem com o Hino Nacional e a encerrou com uma emocionada interpretação da Internacional Socialista. Foram homenageados D<sup>a</sup> Maria Felicidade, com 54 anos de militância partidária ininterrupta, e Evaristo Garcia, também com mais de cinquenta anos de militância.

**PARÁ:** O lançamento do Livro *Um novo Rumo para o Brasil*, no Núcleo de Arte da Universidade Federal do Pará (UFPA), deu início às festividades. No dia 24 houve festa popular na Praça da República, no centro da capital paraense, com a apresentação de artistas regionais. O prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, destacou que o PCdoB não abandona seu ideal de construir um projeto coletivo. No dia 25, houve sessões especiais na Assembléia Legislativa e na Câmara de Belém.

**RIO GRANDE DO NORTE:** A programação cultural e política Semana Vermelha teve início em 16 de março. No dia 25 foi entregue título de Cidadão Natalense a João Amazonas, representado no ato por Luciano Siqueira, vice-prefeito de Recife. Na mesma solenidade foi realizado o debate "PCdoB: 80 Anos de Luta Pelo Socialismo". O evento também serviu ao lançamento do portal Vermelho e dos livros *Novo Rumo*



Sessão solene na Câmara de Belo Horizonte

*para o Brasil e Coração Vermelho - A Vida de Elza Monnerat*. Realizou-se no Clube América o 1º Festival Chopp Vermelho.

**RIO GRANDE DO SUL:** Foi com o espírito de "Brindar o Socialismo" que várias atividades foram desenvolvidas durante dez dias de programação. Na Câmara de Porto Alegre e na Assembléia Legislativa foram realizadas exposições da história do Partido e no município de Novo Hamburgo a exposição foi do jornal *A Classe Operária*. Diante de lideranças do PDT, PT, PMDB e PCB, a Câmara entregou o título de Cidadão de Porto Alegre a João Amazonas, representado por Walter Sorrentino. Os gaúchos realizaram um jantar com a participação do governador Olívio Dutra, do prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, da senadora Emília Fernandes (PT), do presidente da Câmara, José Fortunati.

**SANTA CATARINA:** Em todo o Estado foram realizadas bancas e panfletagens com direito a bolo e exposição de mural de fotos sobre o PCdoB em Santa Catarina. Aconteceu em Chapecó um debate na UNOESC, com o vereador, Raul Carrion, de Porto Alegre, sobre a CLT. Algumas escolas assumiram o PCdoB como trabalho escolar. Em Blumenau, o debate dos 80 anos reuniu mais de 130 convidados que, em seguida, participaram de um jantar. Em Criciúma, aconteceu seção solene na Câmara com mais de uma centena de militantes. Em Florianópolis os partidos cederam o tempo de explanação para que o vereador Nildão (PCdoB) contasse a história do Partido. Na UFSC houve um debate com o historiador e membro do Comitê Central Augusto Buonicore e o pré-candidato do partido a deputado estadual João Ghizoni. O Partido recebeu moção de congratulação da Assembléia Legislativa proposta pela deputada petista Ideli Salvati.

**SÃO PAULO:** Realizou-se um show com Beth Carvalho, na sede da Escola de Samba Vai-Vai. Mesmo sob forte chuva, mais de mil pessoas compareceram. Beth Carvalho botou o povo para sambar e registrou sua alegria de estar na festa. Também foi realizado um ato comemorativo, na Câmara paulistana, com palestra de Adalberto Monteiro, do secretariado nacional do Partido. O ato foi bastante prestigiado pela militância. No dia 25, foi inaugurada, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, a exposição "A tradição da modernidade - PCdoB 80 anos". A exposição depois seguirá para a Assembléia Legislativa do Estado.



Paraenses festejaram com arte regional

**SERGIPE:** As comemorações foram abertas com uma exposição do jornal *A Classe Operária* na Pinacoteca do Estado, contando com a presença do prefeito de Aracaju, Marcelo Deda (PT); vice-prefeito, Edvaldo Nogueira (PCdoB); conselheiro do Tribunal de Contas, Carlos Pina; sub-secretário de Cultura, Ivan Valença; os presidentes estaduais do PMN e PCB, além de militantes que lotaram o antigo Palácio do Governo. A Câmara realizou sessão em homenagem ao Partido. O vice-prefeito Edvaldo Nogueira fez um resgate da trajetória do PCdoB. O presidente estadual do PCdoB, Bosco Rolemberg, destacou o sig-

nificado do reconhecimento de tão variadas forças políticas. Também falaram os vereadores Antonio Samarone (PT), Mendonça Prado (PFL), Antonio dos Santos (PDT), Marcélio Bonfim e Emanuel Nascimento (PMN). No dia 27, na Assembléia Legislativa, a prefeita de Olinda/PE, Luciana Santos, lançou o livro *Novos Rumos para o Brasil*. Estiveram presentes ao ato o senador José Eduardo Dutra (PT), o prefeito Marcelo Deda, o vice-prefeito Edvaldo Nogueira, o reitor da Universidade Federal de Sergipe, prof. José Fernandes Lima e a presidente estadual do PCB Marlene Melo.



Deficientes visuais verteram ao braille resoluções do PCdoB

## "Tinha uma pedra no meio do caminho"

Um conjunto de camaradas de Goiânia, Goiás, participou ativamente dos debates do 10º Congresso do PCdoB. Ouviam e expressavam suas opiniões. Mas percebendo a importância do conteúdo das teses, concluíram que não bastava ouvir, era preciso ler. Contudo, tinha uma pedra no meio do caminho. Sendo portadores de deficiência visual, isto era impossível. Mobilizaram-se. Encontraram um meio e foi reali-

zada a transposição do texto para o braille. Depois do Congresso, alguns deles foram ao Fórum Social Mundial. Terminado o Congresso, já realizaram o trabalho de transpor para o braille o texto final. E estão trabalhando na transposição de obras marxistas. Existe a possibilidade do envio de cópias. Pedidos, para que os portadores de deficiência visual possam, neste momento, a possibilidade de realizar um encontro nacional de portadores de deficiência visual.



Gaúchos realizam ato pelos 80 anos do PCdoB



PCdoB

# Convocado o 11º Congresso da UJS

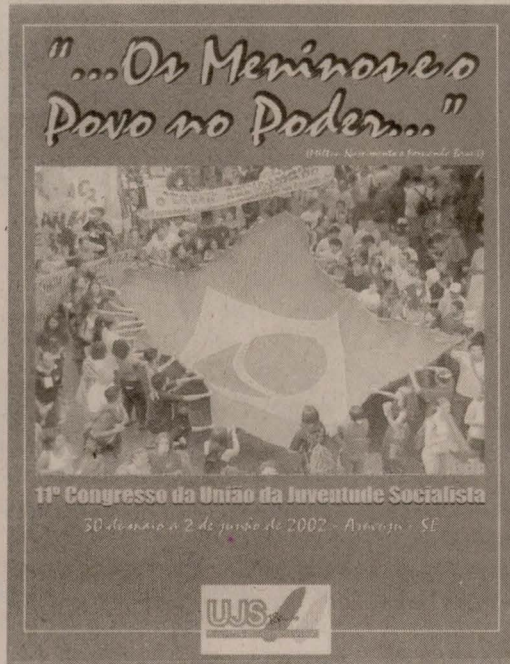
WADSON RIBEIRO\*

**D**e 30 de maio a 2 de junho, Aracajú sediará o congresso nacional da UJS. As eleições de 2002 definirão o rumo do país para o próximo período, que poderá ser de desenvolvimento econômico, emprego e crescimento; ou a perpetuação de mais quatro anos, no mínimo, de um governo anti-nacional, comprometido com o capital financeiro internacional e não com a grande maioria do povo. É preciso construir uma ampla mobilização dos trabalhadores e da juventude para fazermos com que a principal luta política deste ano não se trave nos marcos de uma publicidade enganosa patrocinada pelos meios de comunicação e pelo governo federal, mas sim na denúncia da degradação social promovida por FHC e na necessidade de construirmos um novo rumo para o Brasil. O congresso da UJS acontece nesse contexto político, em que a juventude brasileira terá novamente um papel importantíssimo na luta para derrotar o neoliberalismo e construir um futuro diferente da dura realidade dos dias atuais.

O 11º Congresso da UJS deverá mobilizar em todo país cerca de vinte mil jovens que participarão do processo de discussão da tese "Os meninos e o povo no poder", desde as reuniões de núcleos até a plenária final, passando pelos congressos municipais e estaduais. O objetivo principal é o

desenvolvimento e a atualização de uma correta orientação política para a construção da UJS como ampla entidade juvenil socialista, com campanhas próprias, perfil ideológico bem definido, atuação em amplos segmentos da juventude e enraizada em núcleos acompanhados por direções fortalecidas nas principais cidades do país.

Nesse sentido, buscaremos intensificar o trabalho próprio da UJS, desenvolvendo campanhas e atividades nas várias frentes em que atuamos, sobretudo no movimento estudantil e entre os jovens trabalhadores. Precisamos transformar essa significativa influência que temos na juventude em crescimento real de nossa organização. No movimento estudantil, devemos atualizar nossas bandeiras e formas de participação, reafirmando a UJS enquanto a nossa corrente entre os estudantes e identificando áreas estratégicas para o nosso crescimento, tais como as universidades federais e seus centros tecnológicos, os Cefets e os principais colégios do país. Mesmo com a necessidade de darmos passos no sentido de interagirmos com outros movimentos juvenis, é preciso que compreendamos a importância e o significado que as entidades estudantis têm para a luta de massas no país. As campanhas próprias da UJS não poderão guardar contradições com as campanhas prioritárias, como os congressos estudantis e as eleições brasileiras que



Entidade publicou as teses do Congresso

acontecem a cada dois anos. Pelo contrário, devemos entender que são nesses momentos e no seio dessas lutas que nossas campanhas próprias ocorrem com maior êxito.

As eleições deste ano serão um dos pontos de grande destaque em nosso congresso. Desde já estamos desenvolvendo a campanha pelo alistamento eleitoral de jovens de 16 e 17 anos através da campanha "Conquiste esse título para o Brasil", que irá até o dia 8 de maio. Nessa primeira fase temos o objetivo de construir uma ampla mobilização pela retirada

do título eleitoral. Em um segundo momento a campanha passará se chamar "Com esse título, conquiste o Brasil", com o objetivo de conquistar o voto e a militância desse jovem eleitor. Debateremos no congresso as eleições como um palco da luta contra o neoliberalismo por mais direitos para a juventude e por uma vida melhor. A nossa intervenção deverá ser marcada a partir dos núcleos da UJS nas universidades, escolas, bairros, entre outros, devendo, portanto, os militantes da UJS,

montar comitês de campanhas em seus núcleos, constituindo programas específicos para os governos estaduais e valorizando as campanhas proporcionais. Também no congresso apresentaremos a nossa plataforma juvenil para as eleições, que terá como centro a questão do emprego para a juventude, o que dará uma marca central a nossa intervenção.

A construção do 11º Congresso da UJS é a nossa principal atividade nesse semestre. Não devemos entender essa tarefa de forma burocrática. Temos que, no processo de construção do congresso,

atingir o maior número de jovens possível, debatendo com todos eles nossas idéias e nossas concepções. Precisamos construir a UJS nos cem principais municípios do país, entender o congresso como espaço privilegiado para a construção de nossa organização através do contato com as mais variadas tribos juvenis debatendo suas especificidades e seus anseios, bem como as idéias socialistas. Por isso, orientamos a realização dos congressos estaduais no período de 19 de abril a 19 de maio, para termos o maior tempo possível de preparação e privilegiarmos ao máximo o debate político e o maior envolvimento de novos militantes. O congresso nacional, ocorrerá de 30 de maio a 2 de junho em Aracajú, capital do Sergipe.

A União da Juventude Socialista é a expressão concreta dos objetivos e da estratégia do Partido Comunista do Brasil para a juventude. Sendo assim é dever de todo coletivo partidário se envolver no sentido de estimular e auxiliar politicamente a realização do congresso em todo território nacional. Para que a UJS consiga trilhar caminhos ainda mais vitoriosos e consiga superar suas insuficiências, é de fundamental importância a participação decisiva do Partido nessa tarefa.

\*presidente da UJS e membro do Comitê Central.

## Avaliação e balanço do 10º Congresso do Partido

### Significação política do Congresso

O 10º Congresso foi um grande êxito na vida do Partido. Foi um Congresso que construiu laboriosamente o consenso em torno do projeto de resolução política, abarcando os desafios políticos da atualidade e da atual etapa da estruturação partidária. Foi especialmente o Congresso da sucessão do veterano João Amazonas na Presidência, revelando a maturidade do Partido.

As resoluções do 10º Congresso tiveram por centro as saídas para a crise brasileira e o papel do Partido nesse combate. Expressaram avanços na compreensão mais profunda da nossa política e num domínio maior das particularidades e diversidades de nosso país, na atual situação mundial.

O PCdoB no 10º Congresso firmou sua presença no cenário político defendendo uma ruptura com o atual modelo imperante no país e defendendo um Novo Rumo para o Brasil. Centra sua proposição num Programa de Reconstrução Nacional e de reestruturação do Estado nacional. Para isso compreende ser fundamental a unificação de amplas forças políticas e sociais, tendo por base a defesa da soberania nacional, da democracia e da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores e do povo.

Com as resoluções do 10º Congresso, o PCdoB definiu seu posicionamento na sucessão presidencial. O PCdoB tem um papel decisivo nas articulações políti-

cas atuais destinadas ao esforço de unificação das oposições em torno de um programa com nitidez oposicionista, numa batalha que pode se tornar fundamental e de grande repercussão na América Latina para a derrota da política neoliberal.

O projeto político incorpora o trabalho em todas as frentes de atuação. Considera a dimensão especial que adquire a luta eleitoral, mas não a desliga do entendimento de que as lutas de massas têm papel essencial, destinadas a pôr em movimento a força motriz fundamental das transformações sociais que é o proletariado em aliança com os demais trabalhadores e o povo brasileiro.

O combate pelo projeto político do Partido definido no Congresso é indelével na luta no seio do atual panorama internacional, marcado pela crise e pela guerra. O Congresso centrou a atenção do PCdoB no combate contra a tendência neocolonial em curso sob o comando do imperialismo norte-americano, em particular contra a Alca no contexto latino-americano. Firmou também posicionamento do PCdoB de que a bandeira da Paz, contra a guerra de agressão movida pelos EUA, tem sentido revolucionário na atualidade.

Por fim, o 10º Congresso preparou o Partido para a nova fase que se abre em sua construção política, ideológica e organizativa. Apresentou perspectivas para avançar na sua estruturação, para fazer incidir mais seu papel na organização dos trabalhadores e na ação política de massas, apontan-

do a necessidade de reforço do trabalho organizativo e do trabalho teórico-ideológico do Partido.

Com base nesse corpo de resoluções, foram desdobradas linhas de desenvolvimento em diversas frentes de ação partidária, expressas nas 13 intervenções especiais apresentadas ao 10º Congresso. Elas representam um manancial rico de orientações concretas para preparar o Partido a cumprir os novos desafios apontados pela Resolução Política do Congresso.

Por tudo isso, o 10º Congresso reforça a percepção de que o papel do PCdoB na atualidade é insubstituível na luta política em curso no país e no mundo, e reafirma que o lugar do PCdoB é no campo da revolução, contraposto aos que visam a edulcorar o capitalismo e promover a conciliação de classes. É o que diferencia o papel do PCdoB das demais agremiações políticas e torna uma exigência imperiosa sua maior expansão e reforço.

Como exigência para cumprir esses desafios, o 10º Congresso promoveu significativa renovação dos órgãos dirigentes centrais. Foi a maior renovação desde a reconquista da legalidade, há dezessete anos. A assunção de Renato Rabelo à Presidência em lugar de João Amazonas, a indicação de Amazonas à Presidência de Honra, a significativa renovação do Comitê Central, a ampliação numérica e representativa da Comissão Política Nacional e o reforço do Secretariado Nacional foram passos marcantes que abrem uma

nova fase na transição que já vinha se processando sob a direção sábia e experimentada do veterano João Amazonas. Com grande maturidade, o PCdoB dá esse passo como um processo de desenvolvimento, sem ruptura, envolvendo o coletivo dirigente num trabalho colegiado. O principal artífice dessa maturidade tem sido João Amazonas, nosso grande ideólogo e formador do pensamento político do PCdoB, que se afigura como o maior dirigente comunista brasileiro.

### Tarefas imediatas pós-congresso

As Resoluções adotadas definem um plano de atividades imediatas e a sistematização da experiência da mobilização feita para o Congresso.

No plano político:

- articular a participação do Partido nas eleições de outubro;
- intensificar a ação política de massas do Partido, por intermédio de participação ativa no Fórum Social Mundial, na luta contra a Alca, no protesto nacional do Fórum Nacional de Lutas e da CUT contra a modificação da CLT;
- avançar na definição do projeto eleitoral do Partido;

No plano da vida partidária:

- promover um conjunto de eventos públicos e internos por ocasião das datas da reorganização do Partido (18/2/62), da sua fundação (25/3/22) e da Quilina de Araguaia (12/4/77) voltado para seu sentido político e de educação ideológica da militância;

- editar e produzir o programa de TV do Partido;
- organizar o trabalho de direção do CC, normatizando seu funcionamento, reorganizar secretarias e comissões, promover o maior profissionalismo e eficiência de seu funcionamento;
- atualizar as linhas de desenvolvimento do trabalho de cada frente de atuação, em consonância com as Resoluções e materiais do Congresso;
- formular as diretrizes do Plano de Estruturação para o período bial;

No plano da difusão das Resoluções do Congresso:

- difundir as resoluções na imprensa, nos parlamentos, em meios de comunicação mais amplos;
- editar e difundir o livro contendo as resoluções e trabalhos do Congresso;
- produzir edição especial de A Classe Operária, massiva, para ampla difusão do significado do Congresso junto ao povo;
- aproveitar intensivamente as comemorações das datas do 12 de fevereiro, 25 de março e 18 de abril, para intensificar a difusão do significado do Congresso junto às bases e à sociedade;
- orientar para o trabalho de estudo e desenvolvimento sistemático das Resoluções do Congresso, por intermédio da frente teórico-ideológica, da propaganda e da comunicação.

São Paulo, 9-10 de março de 2002  
Comitê Central do PCdoB



## MOVIMENTO

# Estudantes pedem paz, emprego e educação

FELIPE MAIA E IGOR BRUNO\*

De 19 a 27 de março, milhares de jovens tomaram as ruas de dezenas de cidades em 18 estados brasileiros. Eles pediram paz, emprego e educação - além de apoiar os trabalhadores na defesa dos direitos garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As manifestações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas dos Estudantes, que acontece todos os anos e é convocada pela UNE e pela UBES. Também estão acontecendo manifestações simultâneas em outros países da América Latina, convocadas pela Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes (Oclae) e entidades nacionais.

Este ano as bandeiras - paz, emprego e educação - foram escolhidas a dedo. Os estudantes não se

conformam com os altos índices de violência no Brasil e no mundo - que atinge e mata sobretudo os mais jovens. Levantamento feito em 19 países e divulgado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, mostrou que morrem mais jovens no Brasil do que em países em guerra, como Israel e Croácia.

Em 1999, nosso país registrou uma média de 86,7 homicídios por 100 mil jovens de 15 a 24 anos, do sexo masculino. Em 1997, foram 80,4 jovens brasileiros contra 3,5 na Croácia e 1,9 em Israel. Os Estados Unidos registraram 27,9 homicídios entre jovens nesta faixa etária. "A pesquisa mostra que a violência urbana mata mais do que guerras sangrentas. Acontece que a solução deste problema depende de mudanças na política econômica



Estudantes nas ruas por melhor ensino

dos governos. É preciso dar perspectivas de emprego, educação e diversão para a juventude para que o quadro comece a ser revertido", avalia o presidente da UNE

Felipe Maia. "É por isso que reivindicamos paz, emprego e educação. No Brasil, uma coisa não acontece sem a outra", diz. O presidente da UBES, Igor Bruno,

lembrou que muitos jovens estão fora da escola por falta de vagas na rede pública. "O presidente corta verbas da educação pública e deixa as escolas particulares cobrarem mensalidades absurdas. Lutar por escolas públicas e de qualidade para todos é um compromisso que todo estudante deve ter", conclamou. Como todos os anos, a Jornada Nacional de Lutas dos Estudantes mobilizou estudantes de Norte a Sul do Brasil e mostrou aos governantes que, enquanto o país não mudar de rumo, passeatas e protestos continuarão acontecendo pelo país.

\*presidente da União Nacional dos Estudantes e presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, a partir do portal [Estudentenet](http://Estudentenet)

## Justiça manda governo suspender campanha por mudanças na CLT

RITA POLLI

Liminar em ação popular movida pela bancada do PCdoB interrompe campanha do Ministério do Trabalho. O cancelamento da campanha publicitária foi determinado pelo juiz Rafael Paulo Soares Pinto, da 22ª Vara da Justiça Federal do DF. A ação popular dirigida à União obriga a suspensão da campanha veiculada no mês de fevereiro em diversos meios de comunicação com a finalidade de apoiar o Projeto de Lei nº 5.483/2001, em tramitação no Senado Federal. A proposta do Executivo foi aprovada em dezembro na Câmara dos Deputados e altera o artigo nº 618 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Se aprovada, a mudança permitirá que os acordos traba-

lhistas prevaleçam sobre a legislação.

Na decisão, o juiz Rafael Soares afirma que o Ministério do Trabalho "não deveria usar o dinheiro público para divulgar ato que sequer é válido, muito menos, operante", e ainda: "Cuida-se de um verdadeiro lobby, custeado pelo dinheiro público, de modo a influenciar aqueles que têm atribuição constitucional para atestar a legitimidade do ato legislativo."

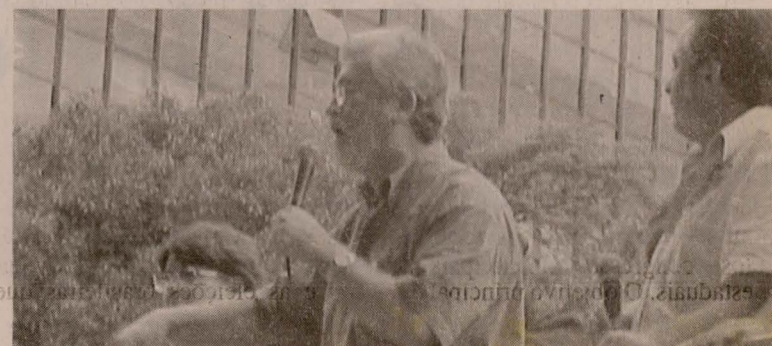
A decisão obriga a União a juntar todas as notas e contratos firmados com as agências de publicidade que elaboraram as peças veiculadas nos jornais, nas rádios e nas emissoras de televisão. Os custos com a veiculação também serão mostrados.

De acordo com o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), "agora

as informações sobre os gastos serão públicas. Já conseguimos barrar a urgência urgentíssima no Senado Federal e essa decisão da Justiça será um importante reforço para que o projeto não seja aprovado".

### Governo recua

O governo optou por retirar de votação a mudança da CLT, diante da perspectiva de ser derrotado no Congresso. O dia de protestos contra mudanças na CLT, 21 de março, teve, segundo a CUT, participação de mais de um milhão manifestantes em todo o país - teve passeatas e bloqueios de estradas. "Duvido que agora o governo tenha força para empurrar esse projeto goela abaixo", disse o presidente nacional da CUT,



O presidente da CUT, Felício, durante protesto na Paulista

João Felício. "Nunca se debateu tanto a CLT num único dia. As rádios divulgavam em seus noticiários e nossos dirigentes davam entrevistas nos Estados. A população ficou sabendo o que estava em jogo", afirmou Felício. Outro ponto que o presidente da CUT ressaltou foi a eficácia dos cartazes com

fotos e nomes dos parlamentares que votaram contra os trabalhadores. "Teve até um senador que falou comigo no aeroporto e disse que sua foto não estaria nos nossos cartazes porque ele iria votar contra as mudanças. Temos de fazer mais esse tipo de cartaz", revelou João Felício.

## Fortaleza debateu Alca em encontro de parlamentares

Enquanto a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará abria as portas para a participação da sociedade civil organizada nos debates sobre a Área de Livre Comércio das Américas, o Mercosul e o Endividamento Externo, a reunião dos governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se trancava nos salões do Sebrae e mandava um batalhão com mais de 400 policiais, bem armados para barrar os manifestantes populares.

A manifestação de 11 de março levou mais de 5 mil pessoas às ruas. Segundo o secretário de formação sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rogério Nunes, a intenção dos manifestantes era sair em passeata da praça em frente ao Jornal *O Povo* até o Sebrae, onde os governadores estavam reunidos, num ato de protesto contra a política efetivada pelas agências multilaterais de financiamento. "Quando chegamos na praça do Cristo Redentor, não conseguimos passar pelo Batalhão de Choque", conta ele. Ao final da passeata, houve confronto entre policiais e a população e algumas

pessoas saíram feridas. A polícia usou as armas de sempre: balas de borracha e gás lacrimogêneo.

O deputado Inácio Arruda, (PCdoB/CE), que estava representando a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, questionou: "Não é irônico que o sitiamiento tenha sido feito em frente ao Centro Cultural Dragão do Mar? Logo o nosso Dragão do Mar, que lutou tanto pela libertação dos escravos?!"

A distância diametral de tratamento dispensado à população pôde ser vista na reunião externa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), na Assembléia Legislativa. O parlamento cearense, conhecido como a casa do povo, debateu temas relacionados à Área de Livre da América (Alca), ao endividamento externo e ao destino do Mercosul. A palestra do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, bastante aplaudida, tocou um ponto fundamental que deve ser discutido e posto à mesa nas negociações entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. "Os EUA autorizaram o presidente a negociar, mas restrin-

giram a pauta. Simplesmente eles retiraram de negociação tudo o que interessava ao Brasil. Não sei o que o Brasil está fazendo na mesa de negociação ainda", ressaltou o economista.

Em relação à dívida externa, Paulo Nogueira lamentou que o Brasil fizesse um grande processo

de privatização para reduzir a dívida pública, no entanto, nem isso foi conseguido. "No início do governo FHC, a dívida representava 30% do PIB nacional. Atualmente, a dívida está em 55% do PIB", afirmou.

Os parlamentares da CPCM indicaram a apresentação de um

projeto de Decreto Legislativo para informar o presidente Fernando Henrique sobre quais as condições aceitáveis para que o país se sente à mesa de negociações com os Estados Unidos (nos mesmos moldes que o parlamento norte-americano fez com George Bush) para formar a Alca.

## Aliança Social Continental contra a Alca

De 1º a 7 de setembro de 2002 ocorrerá Plebiscito Popular Contra a Alca, a Aliança de Livre Comércio das Américas. Os brasileiros vão manifestar sua opinião sobre se o Brasil deve ou não assinar o tratado que, em última análise, põe em risco a soberania político-econômica da nação. Organizado pela Secretaria Nacional da Campanha Jubileu Sul-Brasil, que defende a suspensão do pagamento da dívida externa dos países pobres, o Plebiscito Popular Contra a Alca já mobiliza milhares de pessoas. Elaborado nos moldes do Plebiscito da Dívida Externa realizado

em 2000, a nova consulta à população conta com o apoio de personalidades de destaque na vida política, acadêmica e diplomática do país, como é o caso do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que já manifestou publicamente sua rejeição à adesão do Brasil à Alca e foi punido, pelo governo por isso.

O plebiscito conta com o apoio de diversas entidades do movimento social organizado, entre elas a Consulta Popular, a Central de Movimentos Populares, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, o Movimento Social da CNBB, o Sindicato

dos Economistas do Rio, o Pacs (Participação, Autogestão, Cooperação, Solidariedade), além do Senge-RJ e de três partidos políticos: PT, PCdoB e PSTU.

O presidente FHC assinou, em 22 de abril de 2001, no Canadá, o tratado para integração do Brasil à Alca, que deverá vigorar em 1º de janeiro de 2005, depois de ratificado pelos parlamentos nacionais, o que ocorrerá em 2004. A decisão de FHC, tomada sem consulta à sociedade, é coerente com a política de subordinação do governo brasileiro internacional e deve ser combatida pela população.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



## INTERNACIONAL

# Sharon quer esmagar Arafat

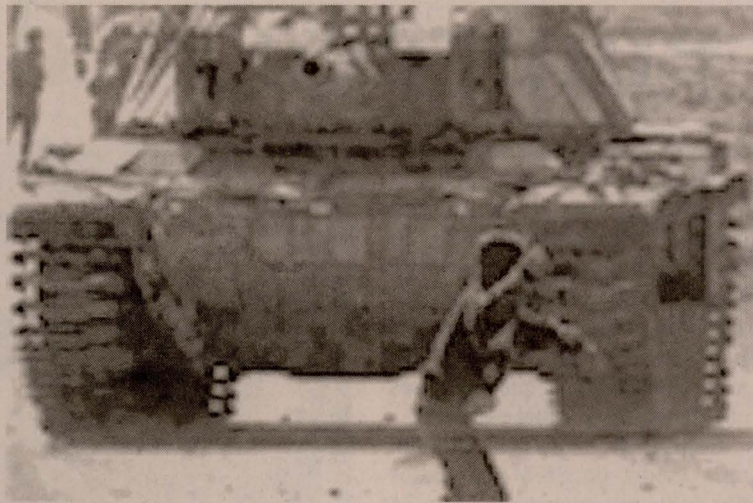
O exército israelense está realizando uma operação de cerco e aniquilamento nos territórios palestinos. Afora Ramallah, as principais cidades da Cisjordânia estão ocupadas: Nablus, Belém, Hebron, Tulkarem, Kalkilia. Os mortos palestinos são numerosos. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil divulgou dia 31 de março nota oficial na qual condena o agravamento da crise no Oriente Médio e conclama todos os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) – em especial os integrantes do Conselho de Segurança – a trabalharem pelo restabelecimento da paz na região, com a adoção imediata de um cessar fogo entre árabes e judeus.

O governo brasileiro “faz um chamado veemente a Israel para que suspenda a ofensiva militar nos territórios ocupados, respeite a Autoridade Nacional Palestina e sua liderança, e se retire sem demora das cidades palestinas”. Iasser Arafat declarou que será mártir se necessário.

## Sionismo raivoso

“Estamos numa guerra sem limites contra esses selvagens”, afirmou o primeiro-ministro Ariel Sharon, buscando justificar os ataques contra palestinos. Israel declarou Ramallah zona militar fechada e ameaça remover estrangeiros, inclusive jornalistas, da cidade. O Exército cercou o QG de Iasser Arafat. As tropas sionistas estão destruindo as fontes de alimentação, água e energia elétrica das cidades ocupadas.

Instigador desses crimes, o presidente dos EUA, Bush, exigiu que Iasser Arafat “faça mais para conter o terrorismo”. Arafat, por sua vez, afirmou ter pedido aos EUA o envio de forças internacionais “para colocar um fim à escalada contra nosso povo”. Alemanha, França, Japão, China e Turquia pediram a Israel garantias de segurança para o líder palestino. O Conselho de Segurança da ONU já havia pedido a suspensão do bloqueio. Os países árabes – inclusive Jordânia e Marrocos – falam em “tomar me-



Davi palestino enfrenta o Goliath sionista

didias para responder às atitudes” de Tel Aviv.

“De Ramallah a Beirute, o povo não morrerá!”, foi uma das palavras-de-ordem da manifestação que, pela primeira vez depois de anos, pôde ganhar as ruas da capital libanesa, no sábado. Os manifestantes eram algumas centenas, principalmente refugiados palestinos, homens e mulheres. Cercados pela polícia libanesa, dirigiram-se

até o escritório da ONU em Beirute, e em seguida marcharam pela rua Hamra, centro comercial da cidade. Outros protestos, mais numerosos, estão ocorrendo nos acampamentos de refugiados espalhados pelo interior do país. Iasser Arafat transformou-se em exemplo e bandeira. “Abu Ammar (Arafat), nós o seguiremos até o fim” e “Com cerco ou sem cerco, nosso chefe é Arafat”, são alguns

dos lemas que exprimem esse posicionamento.

Outros protestos pontilharam o mundo árabe, em especial nos Emirados Árabes Unidos, Iraque, Kweit e Barein. Mesmo os regimes árabes mais conservadores manifestam seu desgosto. Mohamed VI, rei do Marrocos, manifestou que existe o risco de uma “explosão generalizada”. Manifestações multiplicam-se na França, exigindo a libertação da Palestina, sob o slogan “não há paz sem justiça”.

Mesmo em Israel as manifestações ocorrem: “A ocupação está matando todos nós!”, dizia alguns dos cartazes em Tel Aviv. Outros apresentavam reivindicações imediatas: “Retirem os tanques!”, “Intervenção internacional já!”, “Saíam de Ramallah!”, “Parem essa loucura!”. Um dirigente do Movimento Sem Terra, do Brasil, presenteou o líder palestino com uma bandeira do MST. Ele se considera em missão de “solidariedade aos agricultores palestinos oprimidos nos territórios ocupados”.

## Solidariedade brasileira

Está sendo reorganizado o Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Palestino, em São Paulo. Foi eleita uma Coordenação do Comitê, que terá a tarefa de ampliar a participação de entidades, partidos, parlamentares e demais segmentos sociais que comunguem da mesma indignação pela crescente onda de violência perpetrada contra o povo palestino e que queiram ver respeitadas as Resoluções da ONU que criaram o Estado Palestino.

O Comitê deliberou agilizar as seguintes medidas:

- participação no maior número possível de atividades públicas diversas (atos, manifestações, etc). O Comitê já participou ativamente da passeata do 8 de março na Paulista, com feixas das entidades que o compõem/apoiam e com a distribuição do Manifesto;

- solicitação de audiência com o Presidente Fernando Henrique a fim de obter apoio oficial do governo brasileiro à causa (Aldo Rebelo já solicitou/ainda não houve retorno);

- articulação com o maior

número possível de Câmaras Municipais para que o Manifesto seja oficialmente apresentado e que se sejam apresentados requerimentos e/ou moções de apoio ao povo palestino à Presidência da República/embaixadas, etc;

- articulações para reprodução do Manifesto em revistas, páginas de entidades na Internet, programas partidários (o do PCdoB já fará menção);

- coleta de assinaturas no Manifesto (em formato de abaixo-assinado) para posterior envio à Presidência da República/Embaixadas;

- Buscar ampliar as adesões ao Movimento

Próxima atividade pública do Comitê: dia 18 de abril, 19h00:

Lançamento do Livro: Pales- tras e Debates do Simpósio Internacional Os Direitos Humanos do Povo Palestino na Conjuntura Atual.

O evento acima foi promovido pela UNICAMP através de sua Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais e pela Prefeitura Municipal de Campinas.

## Contra o genocídio do povo palestino

Graves ameaças pesam sobre o povo palestino. Confinados em uma fração de seu território, mais de três milhões de palestinos enfrentam uma guerra total provocada pelo Exército de ocupação de Israel, usando para isso seu imponente arsenal militar: aviões F-15 e F-16, helicópteros Apache, tanques e mísseis, impondo um cerco de ferro e fogo contra as cidades, vilas e acampamentos de refugiados palestinos. Esta brutal escalada causou, apenas a partir de 28 de setembro de 2000, mais de 1025 mortos dos quais 307 vítimas menores de 18 anos (30%), mais de 30 mil feridos (1% da população palestina), milhares de casas de família destruídas total ou parcialmente, dezenas de milhares de árvores arrancadas, um sem fim de danos materiais e econômicos e uma sistemática violação dos direitos humanos mais elementares.

A política belicista do governo israelense do general Sharon tem o objetivo de dobrar a legítima resistência do povo palestino contra uma ocupação militar de 34 anos, destruir a Autoridade Nacional Palestina, e aniquilar a liderança do presidente Iasser Arafat, democraticamente eleito e dirigente histórico da luta palestina pela independência; política que não se conseguiria levar a cabo sem a complacência e o apoio ilimitado do governo dos EUA encabeçado pelo presidente Bush, em flagrante violação do Direito Internacional, das Resoluções da ONU e da Convenção de Genebra.

É uma responsabilidade internacional fazer frente a esta gravíssima situação que ameaça a paz e a estabilidade no Oriente Médio e no Mundo. Depois de um século de guerras, morte e



destruição, deve ser encarada, sem demora, aplicando-se a única solução duradoura, a qual deve basear-se no direito internacional, aplicando-se as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU, entre outras a 181, de 29/11/47 e a 194, de 11/12/48, referente ao direito de retorno dos refugiados palestinos; a 242, e a 338... A retirada imediata do exército de ocupação israelense de todos os territórios ocupados em 1967, o desmantelamento dos assentamentos de acordo com as sucessivas resoluções da ONU, o imediato estabelecimento do Estado Palestino com capital em Jerusalém e a aplicação da resolução 194, referente aos mais de 4 milhões e meio de refugiados. Essa é a única via para se conseguir uma paz justa e definitiva.

Saudamos as forças de paz em Israel e a sua emergente voz contra a política militarista, genocida e de ocupação de seu governo, a recusa de um número cada vez maior de oficiais e soldados israelenses em servir nos territórios ocupados da Palestina e um movimento em favor de uma convivência pacífica entre os po-

vos palestino e israelense baseada no respeito mútuo e no direito de viver em paz, forjando um futuro digno para as gerações futuras.

A crescente solidariedade internacional com a luta justa do povo palestino fará fracassar os planos daqueles que em Israel pretendem impor aos palestinos um sistema de “apartheid” semelhante ao tão odiado e combatido na antiga África do Sul.

O Brasil foi um dos principais patrocinadores da Resolução 181 da ONU (sob a presidência de Osvaldo Aranha), que autorizou a criação de dois Estados, um palestino, outro israelense. Tem um compromisso moral e político com o povo palestino. O governo e o povo brasileiros devem participar, junto aos outros países, e no seio da ONU e demais instâncias mundiais, de um imediato e claro esforço para defender os inalienáveis direitos do povo palestino e consagrar uma paz justa e duradoura.



Sob cerco, o líder palestino Arafat recebe bandeira do MST



## INTERNACIONAL

## Um mundo melhor é possível!

FIDEL CASTRO\*

O que direi não será aceito por todos, porém direi o que penso, e o farei com respeito.

A atual ordem econômica mundial constitui um sistema de saque e exploração como jamais houve na história. Os povos crêem cada vez menos em declarações e promessas. O prestígio das instituições financeiras internacionais está abaixo de zero.

A economia mundial é hoje um gigantesco cassino. Análises recentes indicam que para cada dólar que se emprega no comércio mundial, mais de 100 se empregam nas operações especulativas que nada têm que ver com a economia real. Esta ordem econômica conduziu ao subdesenvolvimento 75% da população mundial.

A pobreza extrema no Terceiro Mundo alcança já a cifra de um bilhão e 200 milhões de pessoas. O abismo cresce, não diminui. A diferença de renda entre os países mais ricos e os mais pobres, que era de 37 vezes em 1960, é hoje de 74 vezes. Chegou-se a extremos tais, que as três pessoas mais ricas do mundo possuem ativos equivalentes ao PIB combinado dos 48 países mais pobres. Em 2001, o número de pessoas com fome alcançou a cifra de 826 milhões; a de adultos analfabetos, 854 milhões; a de crianças fora da escola, 325 milhões; a de pessoas que carecem de medicamentos essenciais de baixo custo, 2 bilhões; a dos que não dispõem de saneamento básico, 2 bilhões e 400 milhões. Não menos que 11 milhões de crianças menores de 5 anos morrem atualmente por causas evitáveis, e 500 mil ficam definitivamente cegas por falta de vitamina A.

Os habitantes do mundo desenvolvido vivem 30 anos mais que os da África Subsaariana. Um verdadeiro genocídio!

Não se pode culpar os países



Fidel denuncia desigualdades

pobres por esta estratégia. Estes não conquistaram e saquearam durante séculos continentes inteiros, nem estabeleceram o colonialismo, nem reimplantaram a escravidão, nem criaram o moderno imperialismo. Foram suas vítimas. A responsabilidade principal de financiar seu desenvolvimento corresponde aos Estados que hoje, por óbvias razões históricas, desfrutam os benefícios daquelas atrocidades.

O mundo rico deve perdoar a dívida externa e conceder novos empréstimos, em condições vantajosas, para financiar o desenvolvimento. As ofertas tradicionais de ajuda, sempre raquíticas e muitas vezes ridículas, são insuficientes ou não são cumpridas.

O que faz falta para um verdadeiro desenvolvimento econômico e social sustentado é muitas vezes mais do que se afirma. Medidas como as sugeridas pelo recém-falecido James Tobin para frear a torrente contínua da especulação monetária, ainda que não era sua idéia ajudar o desenvolvimento, seriam hoje talvez as únicas capazes de gerar fundos suficientes que, em mãos dos organismos das Nações Unidas, e não de funestas instituições como o FMI, poderão prover ajuda direta ao de-

envolvimento com participação democrática de todos, sem o sacrifício da independência e da soberania dos povos. O projeto de Consenso apresentado pelos donos do mundo nesta conferência é o de que nos resignemos com uma esmola humilhante, condicionada e intervencionista.

Há de se repensar tudo o que foi criado desde Bretton Woods até hoje. Não houve então verdadeira visão de futuro. Prevaleceram os privilégios e os interesses do mais poderoso. Diante da profunda crise atual, nos oferecemos um futuro ainda pior, no qual não se resolverá jamais a

tragédia econômica, social e ecológica de um mundo que será cada vez mais ingovernável, onde haverá, a cada dia, mais pobres e mais famintos, como se uma grande parte da humanidade fosse excedente.

É hora de reflexão serena para os políticos e homens de Estado. A crença de que uma ordem econômica e social que demonstrou ser insustentável possa ser imposta pela força é uma idéia louca.

As armas cada vez mais sofisticadas que se acumulam nos arsenais dos mais poderosos e ricos, como já expressei uma vez, poderão matar os analfabetos, os enfer-

mos, os pobres e os famintos, porém não poderão matar a ignorância, as enfermidades, a pobreza e a fome.

De uma vez por todas deve ser dito "adeus às armas".

Algo tem que ser feito para salvar a humanidade!

Um mundo melhor é possível!

*\*discurso pronunciado pelo dirigente comunista cubano, dia 21 de março, na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, México*

## A chantagem de Bush e a vassalagem de Fox

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Uma onda de notícias e de interpretações especulativas correu pelo mundo quando Fidel, após discursar no plenário em Monterrey, leu uma nota em que informava que iria regressar imediatamente a Cuba "devido a uma situação especial". Durante 24 horas, o governo cubano manteve sobre o assunto um mutismo total.

A imprensa mexicana, sobretudo o grande diário "La Jornada", responsabilizou, entretanto, o governo Fox pela saída, acusando-o de desenvolver uma política externa de submissão aos EUA, incompatível com a tradição histórica do país.

Uma declaração desastrosa de Jorge Castañeda, o ministro das Relações Exteriores do México, e uma nota posterior da sua Secretaria de Estado afirmando desconhecer os motivos da atitude de Fidel e garantindo que não houvera qualquer pressão dos EUA, levou o chefe da delegação cubana, Ricardo Alarcon, presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular, a romper o silên-

cio e pôr tudo em pratos limpos numa conferência de imprensa.

Tanto a Comissão Organizadora da Conferência como o presidente Vicente Fox convidaram Fidel para participar na Conferência, na qualidade de presidente de Cuba.

Fidel informou que faria todo o possível para comparecer. As cartas trocadas, datadas, foram lidas aos jornalistas.

O presidente Bush pediu pessoalmente a Fox que fizesse o necessário para evitar a presença de Fidel em Monterrey. Caso o líder cubano comparecesse, ele, presidente dos EUA, não participaria na Conferência.

O governo mexicano sugeriu que, face à situação criada, Fidel não se deslocasse a Monterrey. O presidente cubano não atendeu a sugestão. Ao chegar à cidade, foilhe solicitado que reduzisse a sua permanência ao mínimo possível, para impedir o fracasso da Conferência. Tendo em conta as históricas relações de amizade entre os povos mexicano e cubano, Fidel esclareceu que regressaria a Cuba após a sua intervenção.

No papel que leu, o líder cu-

bano salientou que Ricardo Alarcon o substituiria como chefe da delegação, devendo participar de todas as iniciativas programadas no âmbito da Conferência, como seu representante pessoal.

No dia seguinte, Alarcon foi notificado por altos funcionários do governo mexicano de que não poderia assistir a uma reunião não programada, intitulada "O Retiro", na qual iriam participar dezenas de chefes de Estado para elaborar um documento.

Foi então que, agindo em nome do governo cubano, decidiu clarificar a situação, pondo termo à onda de especulações.

Ao reunir-se com os jornalistas tinha já na mão o papel saído do "Retiro". Leu esse texto. É um berro reacionário em que são retomadas as condições postas por Bush para a ajuda aos países do Terceiro Mundo que se comportem de acordo com as exigências do FMI.

O referido documento, que diz refletir o espírito do "Consenso", carece de qualquer valor. É ilegítimo. Foi redigido em reunião restrita por um grupo de países, à revelia da Conferência.

## China propõe mecanismos de financiamento ao desenvolvimento mundial

O ministro das Finanças da China, Xiang Huicheng, propôs, no dia 21 de março, a criação de uma estrutura de financiamento ao desenvolvimento mundial para satisfazer as necessidades do desenvolvimento econômico no novo século. A proposta foi apresentada na reunião de cúpula da Conferência Internacional da ONU sobre Financiamento ao Desenvolvimento, em Monterrey, México. Xiang Huicheng, que estava representando o presidente chinês, Jiang Zemin, apresentou três propostas: criar nova ordem econômica internacional para garantir o direito de desenvolvimento de todos os países em pé de igualdade; criar o mecanismo de distribuição de renda em todo o globo para acelerar a transferência de recursos aos países em desenvolvimento e aumentar a autonomia dos países no desenvolvimento do próprio país. Ele reiterou que somente com o desenvolvimento será vencida a pobreza e somente a partilha justa dos seus resultados erradicará as fontes de instabilidade no mundo.



Pelé: embaixador da Copa jogou no sopé da Muralha da China

**Pelé na China**

O tricampeão mundial de futebol, Pelé, visitou a China pela 4ª vez, no início de março, agora para promover a Copa Mundial. Em Shanghai ele disse o que os fãs chineses aspiram: a seleção chinesa vai estar entre as 16 seleções da segunda fase. Na sua primeira participação na Copa, a China já deve chegar às oitavas de final.

Para Pelé, em comparação com a seleção brasileira, no mesmo grupo da chinesa, a seleção chinesa já está derrotada, mas uma vantagem significativa. E o

mais importante é que a seleção chinesa tem Milutinovic, muito experiente em mundiais. Antes de subir na Grande Muralha em Beijing, ele confirmou o que disse: "Como todos sabem, a seleção da minha mãe-pátria e a chinesa estarão no mesmo grupo. E neste grupo, só duas seleções podem estar entre as primeiras 16, espero que estas duas sejam Brasil e China." Ele jogou um antigo futebol chinês com Milutinovic no sopé da Grande Muralha. Pelé marcou um gol de cabeça e Milutinovic também marcou o seu.

ASSINE

PCdoB A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP  
Tel.: 0 11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

12 edições = R\$ 18,00

Pagamento:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Cheque nominal | <input type="checkbox"/> Cartão nº         |
| <input type="checkbox"/> Dinheiro       | Validade                                   |
| <input type="checkbox"/> Vale postal nº | <input type="checkbox"/> Depósito na conta |
|   | Ag.0251                                    |
|   | C/C 48676-7, Banco Itaú                    |

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
CEP ..... Estado: .....  
Data de nascimento: / /  
Tel.: ( ) .....  
Profissão: .....  
Correio eletrônico: .....  
Data da assinatura: / /

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



# 100 anos da obra *Que fazer?* de V. I. Lenin

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE\*

**E**m março deste ano comemoramos os 100 anos de uma obra fundamental para o movimento comunista internacional; uma obra que, em grande medida, fundamentou teórica e politicamente a constituição do "partido de novo tipo" – o Partido Comunista. Ela foi um dos marcos na elaboração marxista no início do século XX e, em certo sentido, foi a obra fundadora do leninismo. Refiro-me ao livro *Que Fazer?* de Vladimir Ilitch Lenin.

Nos primeiros anos do século passado travou-se uma dura luta política e teórica entre duas alas da social-democracia russa. Uma dirigida por Lenin e outra, denominada economicista, dirigida por Martov. Esta divisão entre a direita e a esquerda social-democrata representou o início de um processo que levaria à grande cisão do movimento socialista internacional, em 1914, dando origem a duas correntes: a social-democrata e a comunista.

Lenin sabia que para construir um partido socialista, que pudesse cumprir as tarefas colocadas pela revolução, era preciso derrotar, em todos os campos, as concepções que negavam a necessidade: 1º da teoria revolucionária (marxista); 2º da construção de uma sólida e disciplinada organização partidária; 3º de se colocar no centro da tática e da estratégia socialista a luta política contra a autocracia czarista.

A vitória destas concepções significaria a derrota da revolução russa. A obra *Que Fazer?* cumpriu o importante papel de demarcar os campos do movimento socialista e foi um duro golpe contra a corrente economicista que era então predominante no interior da social-democracia russa.

O livro em questão se divide em cinco capítulos. No primeiro põe a nu o verdadeiro sentido das teses que advogavam a "liberdade de crítica" no interior do partido socialista. Esta era uma consigna levantada por aqueles que defendiam a existência de duas linhas políticas antagônicas no interior do partido proletário. A "liberdade de crítica" era a liberdade dos oportunistas continuarem não só defendendo suas opiniões como também aplicando sua política à margem da vontade de maioria do partido, ou seja, a "liberdade de implantar no socialismo as idéias burguesas".

Lenin defendeu com energia a necessidade da teoria revolucionária, o marxismo, e a possibilidade desta teoria desvendar o real, permitindo a construção de uma tática e estratégia adequada ao processo de transição ao socialismo. E que este não seria apenas um imperativo ético mas uma possibilidade objetiva colocada no próprio processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo.

Os revisionistas, ao criticarem o pretensão "dogmatismo e doutrinismo" dos marxistas revolucionários, negavam o próprio papel essencial da teoria revolucionária e o valor científico do socialismo marxista. Para os economicistas russos, e os revisionistas em geral, "as grandes frases contra a fossilização do pensamento etc. dissimulavam

o desinteresse e a impotência para progredir o pensamento teórico". Segundo Lenin, "sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário" e "só um partido guiado por uma teoria de vanguarda é capaz de preencher o papel de combatente de vanguarda."

O segundo capítulo aborda as implicações políticas negativas do "culto da espontaneidade", apregoado pelos economicistas, e a subestimação do fator consciente, representado pelo partido de vanguarda. Analisa a complexa relação entre o fator consciente e o movimento espontâneo das massas distorcida pelos economicistas. Lenin tinha consciência de que a classe operária pelas suas próprias forças não poderia chegar "senão a consciência sindical, isto é, a convicção de que seria preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc."

Por isto, "todo culto da espontaneidade do movimento operário, toda diminuição do papel do 'elemento consciente', do papel da social-democracia significa – quer se queira ou não – um reforço da ideologia burguesa sobre os operários", e prossegue: "o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta na subordinação à ideologia burguesa". O predomínio da ideologia se dá devido ao fato de que ela é "muito mais antiga", "está completamente elaborada" e possui "meios de difusão infinitamente maiores."

No terceiro capítulo o autor trata de demarcar claramente a diferença entre a política social-democrata (comunista) e a política sindical. Diferença que os economicistas buscavam obscurecer. Afirma ele: "A social-democracia dirige a luta da classe operária, não apenas para obter condições vantajosas na venda de força de trabalho, mas, também, pela abolição da ordem social que obriga os não possuidores a se venderem aos ricos".

A consciência socialista não pode nascer espontaneamente da luta econômica entre operários e patrões. Afirma o autor: "a tarefa dos sociais democratas não se limita à agitação política no domínio econômico; a sua tarefa é transformar esta política tradeunionista (sindicalista) em uma luta política social-democrata, aproveitar os vislumbres de consciência política que a luta econômica fez penetrar no espírito dos operários para elevar estes à consciência política social-democrata".

A luta econômica "leva os operários a pensar unicamente nos problemas relacionados com a atitude do governo em relação à classe operária; por isso, por mais que nos



esforcemos na tarefa de 'imprimir à própria luta econômica um caráter político', nunca poderemos, dentro dos limites de tal tarefa, desenvolver a consciência política dos operários (até o grau de consciência política social-democrata) porque esses próprios limites são estreitos".

Portanto "a consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera em que se pode obter estes conhecimentos é na esfera de todas as classes entre si (...) A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo o abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e violência, quaisquer que sejam as classes atingidas".

O quarto capítulo condena os métodos artesanais no campo da organização revolucionária social-democrata e defende a necessidade de um partido forte e centralizado, que tenha como núcleo um corpo de revolucionários profissionais e esteja assentado sobre um amplo leque de organizações de massa.

Para Lenin os métodos artesanais "estavam ligados ao 'economicismo'" e não se poderia livrar da "estreiteza no trabalho de organização" sem antes que se livrasse do 'economicismo' em geral. Afinal, não se precisaria de uma organização partidária forte e unificada simplesmente para travar a luta "a favor das 'reivindicações políticas imediatas'" ou a luta "econômica contra os patrões e o governo". Grande parte deste capítulo se refere à constituição de uma organização revolucionária nos marcos de

## Что дѣлать?

Наболевшіе вопросы нашего движения

Н. ЛЕНИНА.

"Партийная борьба придает партии силу и жизнеспособность, выдвигая вперед передовую часть партии и вынуждая ее расширять границы, партия укрепляется так, что охватывает себя" ... (Из письма Л. Сталина к Марксу от 24 июня 1852 г.)

Цѣна 1 руб.

Preis 2 Mark = 2.50 Francs.

STUTTGART

Verlag von J. H. W. Dietz Nachf. (G. m. b. H.)  
1902

uma Rússia dominada pela autocracia czarista, mas existem neles elementos que permitem a constituição de uma teoria de partido revolucionário em geral.

E, por fim, no quinto capítulo ele defende a criação de um jornal político para toda Rússia, como principal instrumento para vencer a dispersão das organizações locais da social-democracia russa. Sem isto "as organizações locais não poderiam 'reunir e organizar' todas as forças de revolucionários para uma ofensiva geral contra a autocracia, para direção da luta comum". Para Lenin o jornal para o Partido não seria apenas um propagandista ou agitador coletivo mas seria fundamentalmente um "organizador coletivo".

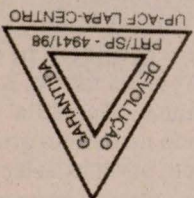
Passados 100 anos de sua publicação a obra de Lenin continua atual. *Que fazer?* continua sendo um poderoso antídoto contra as correntes ditas socialistas que negam o papel de um partido proletário munido de uma teoria revolucionária, o Partido Comunista, e querem reduzir a luta de classes ao conflito patrões e operários nos marcos da luta econômica e que, por consequência, negam o papel central da luta política.

A reconstrução do movimento operário e socialista internacional não poderá se dar fora do curso da luta política atual contra o neoliberalismo e o imperialismo norte-americano, tendo sempre em vista as diversas etapas da luta emancipacionista e a correlação de forças existente no mundo e no Brasil. É isso que, no fundamental, nos ensina *Que Fazer?*.

Você pode adquirir *Que fazer?* solicitando o livro à Editora Anita Garibaldi, rua Monsenhor Passalacqua, 158, CEP 01323-010, fone 11 3266-4312, São Paulo, SP, [www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br), [livraria@anitagaribaldi.com.br](mailto:livraria@anitagaribaldi.com.br)

\*professor de história,  
do Comitê Central do PCdoB

IMPRESSO



CDM  
CEP 01318-020 - São Paulo - SP  
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista  
TEL.: 0XX11 3104 4140  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
A CLASSE OPERÁRIA